

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC/SP

O PODER DA ARGUMENTAÇÃO

ANÁLISE DE EDITORIAIS DOS JORNAIS *FOLHA DE S. PAULO* E *ESTADÃO*

SÃO PAULO
MARÇO/2013

SIMONE MARINA DA SILVA

O PODER DA ARGUMENTAÇÃO

ANÁLISE DE EDITORIAIS DOS JORNAIS *FOLHA DE S. PAULO* E *ESTADÃO*

Monografia apresentada à coordenação da PUC como requisito para a conclusão do Curso de Especialização em Língua Portuguesa para obtenção do grau de Especialista em Língua Portuguesa, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Nancy dos Santos Casagrande

SÃO PAULO
MARÇO/2013

“Argumentar é, pois, em última análise, a arte de,
gerenciando informação, convencer o
outro de alguma coisa a partir de ideias e de,
gerenciando relação, persuadi-lo,
a partir das emoções, a
fazer alguma coisa que nós desejamos que ele faça.”
Abreu

DEDICATÓRIA

A Deusquecomoautordavidaconcedeu-me a graçadestaconquista.

A minha família que em todos os momentos está presente em minha vida.

A todos os professores que me ajudaram a chegar até aqui.

A minha orientadora Nancy Casagrande pela sua dedicação em todos os momentos do presente trabalho.

AGRADECIMENTOS

Em especial agradeço a Deus que está comigo em todos os momentos da minha vida, ajudando-me a superar todos os obstáculos e, principalmente, por ter-me concedido a graça desta vitória.

A direção e coordenação da instituição em que estudo pela oportunidade de ampliar meus conhecimentos.

A todos os professores que me conduziram a chegar até aqui.

A minha orientadora professora Dr^a Nancy Casagrande pela competência e companheirismo.

A meus pais, meu irmão e meu esposo Maurício pelo encorajamento e apoio perante as adversidades da vida.

RESUMO

A presente monografia teve o objetivo de verificar como ideias e valores interferem na concepção de pré-conceitos já estabelecidos no texto jornalístico, buscando quais são os recursos mais utilizados para construção de argumentos e, conseqüentemente, chegar a persuasão. A temática foi investigada a partir de análise de editoriais dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de São Paulo*. Para tanto, a metodologia utilizada envolveu estudos bibliográficos, levantamento histórico dos jornais trabalhados, escolha de editoriais e análise de corpus no qual se identifica como o jornalista constrói os seus argumentos, por meio das estratégias persuasivas, e como convence o leitor de sua ideologia, distinguindo quais são os operadores argumentativos mais utilizados como mecanismos de persuasão.

Palavras – chave: Argumentação – persuasão – operadores argumentativos

ABSTRACT

This monography had achieve the focus to scrutinize how ideas and values interfere with conception of bias in the journalistic report, searching which are the most used resources to make the rationale and, as a consequence, achieve the persuasion. That thematic was researched from this analysis from newspapers articles *Folha de São Paulo* and *O Estado de São Paulo*. Moreover, that utilized approach enclose bibliographies studies, historic survey from those newspapers quoted, choosing for editorials and analysis of the oeuvre wherein identify how the journalist build up his / her rationales, whereby persuasive device and how convince the listener under his/ her ideology, excelling which are the argumentative tools more useful resorted as a technique of persuasion.

Keywords: argumentation, persuasion, argumentative operators

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	4
CAPÍTULO 1 – A RETÓRICA CLÁSSICA E A NOVA RETÓRICA.....	7
1.1 A Retórica Clássica	7
1.2 A Nova Retórica	13
1.3 A Linguística Textual e Argumentação.....	18
CAPÍTULO 2 – A TRAJETÓRIA DO JORNALISMO NO BRASIL.....	31
2.1. Contexto Histórico do Jornal no Brasil.....	31
2.2 – Jornal - <i>Folha de S. Paulo</i>	36
2.3 – Jornal- <i>O Estado de S. Paulo</i>	40
2.4 – Conceito de Gênero	44
2.4.1 – Os Gêneros Jornalísticos e a Linguagem Jornalística	47
2.4.2. O Gênero Textual - Editorial	50
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DOS EDITORIAIS DOS JORNAIS: <i>FOLHA DE S. PAULO E ESTADÃO</i>	52
3.1 – Análise do Corpus	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS.....	62

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Argumentatividade caracteriza, fundamentalmente, a interação social por intermédio da língua, uma vez que ao expor nosso pensamento, nossa visão de mundo ou um assunto que conhecemos bem, procuramos convencer nossos interlocutores. Sendo assim, as formas argumentativas estão presentes diariamente na vida das pessoas e são conhecidas como gêneros textuais. Todos esses gêneros veiculam ideias, apontam pontos de vistas debatidos, concepções atacadas e/ou defendidas.

Dessa forma, podemos afirmar que o ato de argumentar, ou seja, o ato de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato linguístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia, na acepção mais ampla do termo, sendo a neutralidade apenas um mito: o discurso que se pretende “neutro”, ingênuo, contém também uma ideologia que é a da sua própria objetividade.

Os gêneros textuais são a modalidade em que se exerce a persuasão de maneira mais vigorosa, pois utilizam uma grande quantidade de recursos e mecanismos que ajudam na produção dos efeitos de sentido. A linguagem presente em cada gênero carrega ideias e valores, formulando preceitos e preconceitos, oprimindo ou libertando opiniões sobre determinado assunto e, assim, persuade o outro, ou seja, leva-o à aceitação de uma dada ideia.

Ao falarmos em persuasão, não podemos deixar de falar em Retórica que é a arte de persuadir. A preocupação com o domínio da expressão verbal nasceu com os gregos, tendo como nome mais representativo o de Aristóteles, e seguindo caminho até os dias atuais com a Nova Retórica, vínculo entre o estudo das técnicas de argumentação e a lingüística textual, estando ambas a serviço da persuasão.

Partindo do princípio de que o discurso se materializa no texto, estudaremos o discurso jornalístico, analisando especificamente o gênero textual editorial, com suas peculiaridades e como esses recursos contribuem para formação da persuasão e de ideologias.

O jornal enuncia e constitui-se em um fazer social, bem como, todo ato de comunicação. O texto jornalístico mesmo tendo o compromisso com a verdade e a busca pela objetividade, transparência e neutralidade carrega em seus editoriais as marcas político-ideológicas do jornal.

Partindo dessa abordagem é que essa pesquisa tem como objetivo realizar uma análise comparativa entre os editoriais dos jornais *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*, jornais esses que têm grande circulação e credibilidade entre o seu público.

É importante salientar que analisaremos os editoriais e não outro gênero do discurso jornalísticos, por ser o editorial um dos textos jornalísticos mais intrigantes, pois é através dele que o jornal se coloca à frente dos fatos que noticia. Isso se dá, no entanto, de forma sutil, para que se possa passar a impressão de equilíbrio e solidez.

A partir desse breve relato, podemos considerar o editorial como um texto de discurso argumentativo, que visa à persuasão através de uma linguagem simples e de uma estrutura de fácil apreensão, embora bem-elaborada. Nesse sentido esta pesquisa tem como objetivo geral:

- Verificar como ideias e valores interferem na concepção de pré-conceitos já estabelecidos no texto jornalístico.

e como objetivos específicos:

- Identificar como o jornalista constrói os seus argumentos, por meio das estratégias persuasivas, e como convence o leitor de sua ideologia;
- Verificar quais são os operadores argumentativos mais utilizados como mecanismos de persuasão;
- Analisar, como se dá a construção da persuasão por meio dos operadores argumentativos nos editoriais de jornais; .

Desse modo, esta pesquisa assim se estrutura:

No capítulo 1, serão abordadas a história da Retórica Clássica e as concepções dela advindas para os estudos da Nova Retórica, desde o nome mais significativo – Aristóteles - até Chaïm Perelman, além de apresentar um breve panorama da Linguística Textual e seus principais percussores e o ato de argumentação.

No capítulo 2, será apresentado o histórico do jornal no Brasil, bem como a trajetória dos jornais *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*, além de abordar o conceito de gênero pela perspectiva de Bakhtin e de Marcuschi, entre outros, as peculiaridades dos gêneros jornalísticos e da linguagem jornalística e o gênero textual editorial.

No capítulo 3, será apresentada efetivamente a análise do *corpus*, que compõe esta pesquisa, à luz da Nova Retórica, enfatizando o estudo proposto pela Linguística Textual sendo observada a utilização de alguns dos muitos marcadores argumentativos.

Por fim, apresentaremos as considerações finais dessa pesquisa, demonstrando os resultados da análise e quais os mecanismos de persuasão mais usados no discurso jornalístico, especificamente nos editoriais, bem como esses mesmos mecanismos contribuem para a difusão de ideologias para com o público leitor dos jornais.

• **CAPÍTULO 1 – A RETÓRICA CLÁSSICA E A NOVA RETÓRICA**

1.1 A Retórica Clássica

Ao estudarmos a linguagem e a comunicação, observamos que desde os primórdios o homem já se comunicava e, mesmo sem ter o conhecimento ou reflexão sobre a retórica, dela já fazia uso.

A retórica – arte de convencer e persuadir – iniciou-se na Grécia antiga, por volta de 427 a.C., no momento em que os atenienses consolidaram na prática os princípios do legislador Sólon e estavam vivendo a primeira experiência de democracia que se sabe na História. Então, vivendo num novo contexto, sem o autoritarismo presente era muito importante que os cidadãos conseguissem ter o domínio da arte de bem falar e argumentar com as pessoas, nos tribunais e nas assembleias populares. Assim, para atender essa necessidade, afluíram a Atenas mestres itinerantes que tinham competência para ensinar essa arte denominados sofistas, sendo os mais importantes Protágoras e Górgias.

Esses retóricos, denominados sofistas, possuíam vocação pedagógica: assumiram a dimensão educativa do discurso, questionavam francamente a tradição, valiam-se da radicalidade argumentativa, da reflexão centrada no homem e promoviam o desenvolvimento da eloquência. O discurso, então, passou, gradativamente, a se apresentar como sedutor e belo. Como eram voltados para a vida prática, ensinavam os discípulos a bem argumentar para persuadir em qualquer situação, para aparentar ter razão em qualquer circunstância. (Ferreira, 2010: 42)

A Retórica tem origem judiciária na Sicília grega, após a expulsão dos tiranos, com a publicação de um manual feito por Córax e seu discípulo Tísias

intitulado “Arte Oratória” (*Tekhnérhetoriké*). Esse manual se preocupava em ensinar ao cidadão comum os preceitos básicos para exposição de suas próprias queixas diante de um tribunal, já que não existiam advogados na época e os cidadãos despojados pelos tiranos reclamaram seus bens, surgindo assim vários conflitos. Entretanto, a publicação da coletânea Arte Oratória de não se deve ao mero acaso, mas as condições sociais que marcavam aquela época e aquela região. É Córax também que dá a primeira definição de retórica: “ela é criadora de persuasão”, sendo considerado o inventor do argumento.

Mas uma nova fonte de Retórica surge com Górgias, uma retórica estética e propriamente literária, isso porque os gregos identificavam a literatura com poesia (épica, trágica etc.). A prosa, puramente funcional, restringia-se a transcrever a linguagem oral comum e para esse fim, Górgias - o fundador do elogio público - cria uma prosa eloquente. Podemos observar que se conservou um magnífico exemplo dessa eloquência em *Elogio de Helena*. A história de Helena de troia é uma das mais conhecidas da mitologia grega. Sabemos que para os gregos, Helena era o protótipo da mulher fatal. Esposa de Menelau, deixou-se raptar por Páris, o troiano, com isso os gregos lançaram-se numa guerra para resgatá-la. Em seu discurso Górgias começa louvando o nascimento de Helena, depois sua beleza:

Em mais de um homem, ela despertou mais de um desejo amoroso; só por ela, por seu corpo, conseguiu reunir incontáveis corpos, uma multidão de guerreiros... (Reboul, 2004: 5)

Podemos dizer, de qualquer forma, que os sofistas criaram a retórica como arte do discurso persuasivo, objeto de um ensino sistemático e global que se fundava numa visão de mundo consolidada com Protágoras, mestre itinerante, que ensinava ao mesmo tempo eloquência e filosofia.

A retórica veio atender a diversas necessidades dos gregos: necessidade de técnica judiciária, de prosa literária, de filosofia, de ensino. Mas Isócrates, ao propor uma retórica mais plausível que a dos sofistas, conseguiu satisfazer sozinho essas quatro exigências e moralizar a retórica ao afirmar que ela só é aceitável se estiver a serviço de uma causa honesta e nobre, e que

não pode ser censurada, tanto quanto qualquer outra técnica, pelo mau uso que dela fazem alguns.

Todavia não podemos negar que Aristóteles foi o grande responsável pelos estudos retóricos e por tudo que sabemos sobre eles.

Aristóteles (384-322) nasceu – quinze anos depois da morte de Sócrates – em Estagira, cidadezinha litorânea entre Salônica e o monte Atos. Entra com dezessete anos na Academia de Platão e ali fica vinte anos, abandonando-a por não poder suceder ao mestre; vai fundar uma escola concorrente, o Liceu. Filósofo e sábio universal, soube conciliar em si duas tendências pouco conciliáveis: o espírito de observação e o espírito de sistema. (Reboul, 2004:21)

Aristóteles repensa todo o conceito de retórica, integrando-a, de início, em um sistema filosófico bem diferente daquele dos sofistas, e depois transformando-a em sistema. Assim, podemos dizer que foi ele quem primeiro definiu o caráter e alcance da Retórica, pois regulou tudo e tudo ordenou no domínio dela. Graças a seu gênio, a Retórica se tornou uma disciplina.

Entretanto, percebemos o quanto é difícil definir o conceito de retórica, pois segundo Aristóteles (2005), a Retórica não é ciência, nem puro empirismo; não se funda no geral, mas no que se produz na maioria das vezes; não é prática, ou seja, não influi no comportamento geral da vida; nem é teórica, isto é, não tem por objeto a essência. É poética, visto que formula as regras da criação. Enfim, sua finalidade não é tanto persuadir, quanto descobrir o que há de persuasivo em cada caso.

Assim podemos dizer que retórica é a arte de persuadir por meio do discurso, pois entendemos como discurso toda produção verbal, escrita ou oral que seja constituída por frases completas de sentido. Para entendermos melhor esse conceito faz-se necessário esclarecer a diferença entre Dialética e Retórica.

Dialética era, na Grécia antiga, a arte do diálogo, porém aos poucos, passou a ser a arte de, no diálogo, demonstrar uma tese por meio de uma

argumentação capaz de definir e distinguir claramente os conceitos envolvidos na discussão. No entanto, parece que a primeira dialética foi a eurística dos sofistas, arte da controvérsia que permitia fazer triunfar o absurdo e o falso. Sócrates e Platão puseram a dialética a serviço do verdadeiro, transformando-a no próprio método da filosofia. Já para Aristóteles, a dialética não está menos a serviço do verdadeiro do que do falso – ela trata do provável: “Em filosofia, é preciso tratar as questões segundo a verdade, mas em dialética somente segundo a opinião.” (Reboul, 2004:28)

Mas qual é a relação entre dialética e retórica? A dialética de Aristóteles é apenas a arte do diálogo ordenado. O que a distingue da demonstração científica e filosófica. Desse modo, a dialética é simplesmente um jogo. Para ele a Retórica é o “rebento” da dialética, pois a todo instante, o mesmo fazia provocações a Platão, que desprezava a retórica e exaltava a dialética na qual via método por excelência da filosofia, único que permitia alcançar o absoluto. Em suma, podemos dizer que retórica e dialética são, pois, duas disciplinas diferentes, mas que se cruzam como dois círculos em intersecção. A dialética sendo um jogo intelectual que entre suas possíveis aplicações comporta a retórica. E a retórica sendo a técnica do discurso persuasivo que, entre outros meios de convencer, utiliza a dialética como instrumento intelectual. Então, se os dois círculos podem cruzar-se, é porque estão situados no mesmo plano. Percebemos assim, que a retórica não é aplicável a todos os tipos de discurso, somente àqueles que têm como finalidade persuadir ou ensinar o possível.

Aristóteles transformou a própria retórica num sistema, que seus sucessores vieram completá-la sem modificações, a chamada nova retórica. O sistema começa com a divisão da retórica em quatro partes, vejamos a seguir a divisão apresentada em Reboul (2004):

A primeira é a invenção (*heurésis*, em grego), a busca que empreende o orador de todos os argumentos e de outros meios de persuasão relativos ao tema de seu discurso.

A segunda é a disposição (*taxis*), ou seja, a ordenação desses argumentos, donde resultará a organização interna do discurso, seu plano.

A terceira é a elocução (*lexis*), que não diz respeito à palavra oral, mas à redação escrita do discurso, ao estilo.

A quarta é a ação (*hypocrisis*), ou seja, a proferição efetiva do discurso, com tudo que ele pode implicar em termos de voz, mímicas e gestos.

De uma forma mais clara, essas partes dizem respeito a: compreender o assunto e reunir todos os argumentos que possam servir (invenção); pô-los em ordem (disposição); redigir o discurso o melhor possível (elocução); finalmente, exercitar-se proferindo-o (ação).

Diante de tudo, é importante dizer que antes de empreender um discurso, é preciso perguntar-se sobre o que ele deve versar, portanto sobre o tipo de discurso e o gênero que convém ao assunto. O discurso comporta três elementos: a pessoa que fala, o assunto de que se fala e a pessoa a quem se fala. Agora é preciso definir os gêneros do discurso, que, segundo Aristóteles, são três: o gênero deliberativo (aconselha ou desaconselha), o gênero judiciário (acusa ou defende) e o gênero demonstrativo (ou epidíctico – comporta-se o elogio ou a censura). Em relação aos gêneros e o discurso o próprio Aristóteles diz:

O ouvinte é, necessariamente, espectador ou juiz; se exerce as funções de juiz, terá de se pronunciar sobre o passado ou sobre o futuro, aquele que tem de decidir sobre o futuro é, por exemplo, o membro da assembleia; o que tem de se pronunciar sobre o passado é, por exemplo, o juiz propriamente dito. Aquele que só tem que se pronunciar sobre a faculdade oratória é o expectador. (Aristóteles, 2005: 39)

Aristóteles mostra que cada um dos gêneros tem tempos e valores diferentes: o judiciário refere-se ao passado, pois são os fatos passados que esclarecem, qualificam e julgam, e diz respeito ao justo e injusto dispondo de leis e se dirigindo a um auditório especializado, utilizando de preferência raciocínios silogísticos; o deliberativo refere-se ao futuro, uma vez que, inspira decisões e projetos, diz respeito ao útil e ao nocivo, dirigindo-se a um público mais móvel e menos culto, preferindo argumentar pelo exemplo, o que, aliás, permite conjecturar o futuro a partir dos fatos passados; o demonstrativo refere-

se ao presente, pois o orador propõe-se à admiração dos espectadores, diz respeito ao nobre e o vil, valores que nada têm a ver com o coletivo. Assim, podemos perceber que os tipos de argumentos são diferentes para os três gêneros.

Mais adiante veremos com a Nova Retórica de Perelman que existem outros tipos de discursos persuasivos nos dias atuais, porém o grande mérito de Aristóteles foi mostrar que os discursos podem ser classificados quanto ao auditório e à finalidade.

O auditório é o conjunto de pessoas que queremos convencer e persuadir. O auditório pode ser universal ou particular – auditório universal é um conjunto de pessoas sobre cujas variáveis não temos controle. O público que assiste a um programa de televisão configura um auditório universal. São homens e mulheres de todas as classes sociais, de idades diferentes, diferentes profissões, diferentes níveis de instrução e de diferentes regiões do país. Auditório particular é um conjunto de pessoas cujas variáveis controlamos. Uma turma de alunas de uma escola de segundo grau configura um auditório particular. Trata-se de pessoas jovens, do sexo feminino, com o mesmo nível de escolaridade. (Abreu, 2009: 39 e 40)

Partindo do princípio que argumentar é a arte de convencer e persuadir, é de suma importância diferenciar persuasão de convencimento. Para Abreu (2009), *convencer* é saber gerenciar informação, é falar à razão do outro, demonstrando, provocando. Etimologicamente, significa *vencer junto com o outro* (com + vencer) e não *contra o outro*. *Persuadir* é saber gerenciar relação, é falar à emoção do outro. A origem dessa palavra está ligada à preposição *per*, “por meio de”, e a *suada*, deusa romana da persuasão. Significa “fazer algo por meio do auxílio divino”. Mas em que *convencer* se diferencia de *persuadir*? Convencer é construir algo no campo das ideias. Quando convencemos alguém, esse alguém passa a pensar como nós. Persuadir é construir no terreno das emoções, é sensibilizar o outro para agir. Quando persuadimos alguém, esse alguém realiza algo que desejamos que ele realize.

Já determinado o gênero do discurso, a primeira tarefa do orador é encontrar argumentos. O grande filósofo Aristóteles define três tipos de argumentos, no sentido de instrumentos de persuadir: *ethos* e *pathos*, que são de natureza afetiva, e *logos*, que é racional.

O *ethos* é o caráter que o orador deve assumir para inspirar confiança no auditório, pois, sejam quais forem seus argumentos lógicos, eles nada obtêm sem essa confiança. O *pathos* é o conjunto de emoções, paixões e sentimentos que o orador deve suscitar no auditório com seu discurso. O *logos* diz respeito à argumentação propriamente dita do discurso. (Reboul, 2004: 48 e 49)

Toda essa teoria refere-se ao sistema retórico criado por Aristóteles. Muitos outros estudiosos farão uso dessa teoria para a construção da Nova Retórica no século XX. Mas além de ampliar esses conceitos apresentados por Aristóteles, a nova retórica tratará também de um recurso fundamental para difundir a persuasão – a argumentação.

Entretanto, é importante salientar alguns aspectos entre a Retórica de Aristóteles e a de Perelman. Entre eles, o fato de que a primeira retórica exerce a persuasão por meio de um discurso, buscando ganhar a adesão intelectual do auditório. Já a nova retórica ultrapassou os limites dos três gêneros clássicos da oratória e abrangeu todas as formas modernas do discurso persuasivo.

1.2 – A Nova Retórica

A retórica desfrutou de grande prestígio durante o império romano. Em um império que dependia do direito para unificar-se e onde a prática judicial era de tamanha importância capital, levando em conta a influência grega na cultura romana, era natural que a retórica e seus praticantes fossem enaltecidos a um patamar importantíssimo. Vários oradores romanos – dentre os quais destacamos Cícero e Quintiliano – escreveram obras sobre a retórica. Depois da queda do Império Romano, a retórica foi decaindo progressivamente de

importância e, mesmo sobrevivendo como prática, não era mais considerada como objeto de estudo. Essa tendência foi agravada pela consolidação do pensamento cartesiano – positivista na filosofia e na ciência ocidentais.

Contudo, podemos dizer que a retórica declinou, sim, mas não morreu. (Reboul,2004) Essa renasce vigorosa, na Europa, a partir dos anos 1960 com o advento da nova retórica: a força da palavra saiu vitoriosa, ainda que menos embelezada com suas roupas de festa.

Alguns movimentos cíclicos de recuperação da retórica surgiram ao longo do tempo, mas foi somente no século XX que a retórica ressuscitou , começando a pensar em uma corrente filosófica e acadêmica que objetivava recuperar a importância da retórica para a atualidade. A partir da relevância dada à filosofia da linguagem e à filosofia dos valores, diversos filósofos e estudiosos passou a considerar a retórica como um objeto digno de estudo, rompendo com a tradição cartesiano-positivista de desconsideração da retórica. Entre esses estudiosos e filósofos, Chaim Perelman, filósofo de origem polonesa radicado na Bélgica. Sua pesquisa foi concebida como a arte de bem falar, isto é, a arte de falar de modo a persuadir e convencer, retomando com a dialética e a tópica, artes do diálogo e da controvérsia. Perelmam estabeleceu a argumentação como princípio da pesquisa filosófica a respeito de justiça, tendo como principal obra que trata sobre esse assunto – *Traite de l' argumentation* (Tratado da argumentação) publicado em 1958.

A nova retórica de Perelman e Tyteca, a partir da Filosofia do Direito, observa que alguns domínios do discurso não se submetem ao arbítrio estrito do racional, mas, sim a uma lógica do razoável, muito útil em retórica para associar convencimento e persuasão. Nasce uma concepção alargada de razão como uma instância histórica e dialética, que regula nossas crenças e convicções e até a liberdade que temos em relação a elas. Reconhece-se, assim, uma Lógica dos Valores, das preferências. O provável, o crível assume um lugar de destaque na argumentação e se subjugam apenas à autoridade do auditório, que, universal ou

particular, dá a palavra final sobre o que se argumentou. (Ferreira, 2010: 47)

Então podemos dizer que a retórica contemporânea veio cheia de saúde: não pretendia especificamente, ensinar a produzir textos, mas, sobretudo, tinha por objetivo oferecer caminhos para interpretar os discursos. Alargou-se e não se limita aos três gêneros oratórios, pois incorpora todas as formas modernas de discurso persuasivo (a publicidade, por exemplo, e até a própria poesia, considerada tradicionalmente não persuasiva). Apodera-se, também, das produções não verbais e invade o cinema, o cartaz, a música, as artes, entre outras. Todavia não se esquecem de sua essência e, de algum modo equivalem a uma determinada definição do real e, em sentido específico, ao conjunto de recursos necessários para a produção dessa definição, ao aproveitarem-se da tensividade retórica, natural nas situações de comunicação entre os humanos. A retórica possui um novo espírito: o da integração entre as ciências humanas e as ciências dos discursos axiomáticos de demonstração. (Ferreira, 2010: 46)

Pensando nesse novo espírito da retórica, dizemos que a retórica compõe-se de dois elementos: argumentativo e oratório. Podemos definir argumento como uma proposição destinada a levar à admissão de outra, isto é, a argumentação está estritamente ligada à questão do convencer e persuadir. Retomemos esses conceitos, só que a agora segundo Reboul (2004), para ele persuadir é levar alguém a crer em alguma coisa, está diretamente ligada à razão, que por sua vez, é a base para os argumentos. Já convencer é construir algo no campo das ideias, fazer o outro mudar de opinião, mas não de atitude.

Argumentar é, pois, em última análise, a arte de, gerenciando informação, convencer o outro de alguma coisa no plano das ideias e de, gerenciando relação, persuadi-lo, no plano das emoções, a fazer alguma coisa que nós desejamos que ele faça. (Abreu, 2009: 26)

Sempre que argumentamos, argumentamos diante de alguém, ou de um grupo de pessoas, denominado de auditório. Ter o conhecimento do auditório é muito importante para o sucesso da argumentação, uma vez que o orador

sempre fundamenta seu discurso sobre determinados acordos prévios do auditório, seja ele universal ou particular. Esses acordos são determinadas proposições incontroversas que já se encontram aceitas pelo auditório antes do iniciar-se o discurso.

Os filósofos sempre pretendem dirigir-se a um auditório assim, não por esperarem obter o consentimento efetivo de todos os homens, mas por crerem que todos os que compreenderam as suas razões terão de aderir às suas conclusões (...)

(...) Uma argumentação dirigida ao auditório universal deve convencer o leitor do caráter coercivo das razões fornecidas, de sua evidência, de sua vaidade intemporal e absoluta, independente das contingências locais ou históricas. (Perelman, 2005: 35)

Para uma melhor compreensão dos recursos argumentativos, Perelman tece em sua teoria uma densa teia de *técnicas argumentativas*. Estas ajudam a compreender como os diferentes elementos do discurso interagem em toda a amplitude da argumentação. Já que a argumentação visa à adesão do auditório a certas teses, as técnicas argumentativas se apresentarão sob dois aspectos diferentes, de acordo com Ferreira (2010): o aspecto positivo que consistirá no estabelecimento de uma solidariedade entre teses que se procuram promover e as teses já admitidas pelo auditório: trata-se de argumentos de ligação. O aspecto negativo visará abalar ou romper a solidariedade constatada ou presumida entre as teses admitidas e as que se opõem às teses do orador: trata-se da ruptura das ligações e dos argumentos de dissociação.

Para ficarem mais claros esses conceitos, veremos os tipos de argumentos estabelecidos por Perelman (2002) em sua obra.

São quatros os tipos de argumentos:

- os quase lógicos;
- os que se fundam na estrutura do real;

- os que fundam a estrutura do real, como a analogia;
- os que dissociam uma noção.

Os argumentos quase lógicos são aqueles cuja estrutura lógica lembra os argumentos da lógica formal, mas não possuem o mesmo rigor, isto é, não tem valor conclusivo, já que é impossível eliminar da linguagem comum toda a ambiguidade e as múltiplas possibilidades de interpretação. Nesse caso, para cada argumento lógico, de validade reconhecida e incontestável, corresponderá um argumento quase lógico, de estrutura semelhante, cuja força persuasiva consiste na sua proximidade com aquele.

Os argumentos baseados na estrutura do real não se apoiam na lógica, porém na experiência, o que vale nesse tipo de argumento é explicar. Esses não estão ligados a uma descrição objetiva dos fatos, mas a pontos de vista, ou seja, a opiniões relativas a ele. Uma vez que se admite que os elementos do real estejam associados entre si, em uma dada ligação, é possível criar uma argumentação que permita passar de um destes elementos ao outro. Podendo ser de sucessão ou de coexistência. O primeiro diz respeito à relação de causa e efeito. Destaca-se o argumento pragmático, que atribui o valor de uma tese aos resultados causados por sua adoção. Já o segundo diz respeito às relações que envolvem realidades de ordens diferentes, em que uma seja a essência e a outra a manifestação exterior dessa essência. É o argumento que procura associar caráter de uma pessoa a seus atos.

Os argumentos que fundam a estrutura do real são aqueles que generalizam aquilo que é aceito a propósito de um caso particular (ser, acontecimento, relação) ou transpõem para outro domínio o que é admitido num domínio determinado, ou seja, eles criam a estrutura do real, fazendo que entre as coisas apareçam nexos antes não vistos, não suspeitados. Trata-se dos argumentos que se utilizam do exemplo, do modelo, da analogia e da metáfora.

Já os argumentos por dissociação são aqueles procuram solucionar uma incompatibilidade do discurso, ao invés de proceder através da ligação e ruptura de associações anteriormente estabelecidas, restabelecendo uma visão

coerente da realidade. Quando posto em contradição, geralmente o orador procura construir um conceito a partir do plano real, capaz de ser usado para julgar as aparências: aquelas que se conformarem, são consideradas válidas e as que não se conformarem são desconsideradas, por isso que esse argumento baseia-se na aparência – realidade, e no artifício e sinceridade.

Entretanto, fica claro que não se espera que um argumento seja apenas eficaz, isto é, que seja capaz de persuadir seu auditório, mas, sim, espera-se que ele seja justo, ou seja, capaz de persuadir qualquer auditório, sendo isso possível quando o argumento se expõe deliberadamente à discussão e à contra-argumentação.

1.3 – A Linguística Textual e Argumentação

A linguística textual começou a se desenvolver na década de 60, na Europa, e, de modo especial, na Alemanha.

Por serem os textos a forma específica de manifestação da linguagem, a hipótese de trabalho da linguística textual consiste em tomar como objeto particular de investigação o texto e não mais a palavra ou a frase. Nessa perspectiva a Linguística Textual ultrapassa os limites da frase e entende a linguagem como interação. Justificando-se assim a grande necessidade de descrever e explicar a língua dentro de um contexto, considerando suas condições de uso.

A origem do termo linguística textual pode ser encontrada em Cosériu (1955), mesmo que ele só tenha sido empregado pela primeira vez, com o sentido que lhe é atualmente atribuído por Weinrich (1966, 1967), autor alemão que postula toda a Linguística ser necessariamente Linguística de Texto.

Segundo Ingedore Koch (1997), em seu texto Linguística textual: retrospecto e perspectivas, a partir desse momento, a Linguística Textual vem tendo um grande desenvolvimento, passando por momentos diferentes e se inspirando em diferentes modelos teóricos, o que não deixa de ser natural numa ciência em formação. E ainda segundo a autora, pode-se dizer, porém, que a selva terminológica e a diversidade de abordagens vêm ficando cada vez

mais raras e que, agora, já existem mais convergências que divergências. Sendo então, é previsível que, dentro de mais alguns anos, muitos dos conceitos da Linguística Textual já se encontrem de forma mais ou menos consensual.

Entretanto, faz-se necessário pontuar momentos importantes na evolução da Linguística Textual, bem como, os seus principais precursores.

Em seus estudos, há mais de vinte anos, Conte (1997) distingue três momentos essenciais na passagem da teoria da frase até chegar a teoria do texto. Sendo eles: as análises Transfrásticas; a Gramática de Texto; a Teoria do Texto.

Como primeiro momento a Linguística Textual apresenta a análise transfrástica, que tem como objetivo descrever os fenômenos sintático-semânticos, isto é, objetiva estudar as relações ocorrentes entre enunciados ou sequências de enunciados, pois nesse momento ainda não considerava o texto como objeto de análise, os estudos ocorreriam da frase para o texto. No entanto, as tentativas de desenvolver uma linguística textual como uma linguística de frase ampliada ou corrigida mostram-se insatisfatórias, e são abandonadas.

Emergi-se, então, em um segundo momento, a elaboração de uma gramática de texto, com o objetivo de refletir sobre fenômenos inexplicáveis por meio da gramática sentencial, afirmando uma descontinuidade entre frase e texto. Dito de outra forma, de acordo com MARCUSCHI (1999), as gramáticas textuais, pela primeira vez, propuseram o texto como o objeto central da linguística e, assim, procuraram estabelecer um sistema de regras finito e recorrente, partilhado (internalizado) por todos os usuários de uma língua.

Dentro dessa perspectiva, postulava-se que todo falante possuiria uma competência textual que o capacitaria a distinguir um texto bem formado de um amontoado de frases. Segundo Charolles (1983), essa capacidade textual basicamente seria:

- a) Competência formativa: permite ao usuário produzir e compreender um número infinito de texto e avaliar, de modo convergente, a boa ou má formação de um texto.

- b) Competência transformativa: refere-se à capacidade de resumir um texto, parafraseá-lo, ou atribuir-lhe um título, assim como avaliar a adequação do resultado dessas atividades.
- c) Competência qualitativa: concerne à capacidade de o usuário identificar o tipo ou gênero de um dado tipo, bem como à possibilidade de produzir um texto de um tipo particular.

Segundo Galembeck (2010), as gramáticas do texto tiveram o grande mérito de estabelecerem duas noções basilares para a consolidação dos estudos concernentes ao texto:

A primeira é a verificação de que o texto constitui a unidade linguística mais elevada e se desdobra ou se subdivide a unidades menores, igualmente passíveis de classificação. As unidades menores (inclusive os elementos léxicos e gramaticais) devem sempre ser considerados a partir do respectivo papel na estruturação da unidade textual. A segunda noção básica constitui o complemento e a decorrência da primeira noção enunciada: não existe continuidade entre frase e texto, uma vez que se trata de entidades de ordem diferente e a significação do texto não constitui unicamente o somatório das partes que o compõe (GALEMBECK, 2010, p. 71).

Ainda com base em Galembeck (2010), apesar dos grandes e significativos avanços apontados, cabe é importante reconhecer alguns problemas na formulação das Gramáticas de Texto. O primeiro é a conceituação do texto como uma unidade formal, dotada de uma estrutura interna e gerada a partir de um sistema finito de regras, internalizado por todos os usuários da língua. Outro problema é a separação entre as noções de texto (unidade estrutural, gerada a partir da competência de um usuário idealizado e descontextualizado) e discurso (unidade de uso). essa separação é injustificada, pois o texto só pode ser compreendido a partir do uso em um situação real de interação. Assim, foi a partir dessas considerações que os estudiosos iniciaram a elaboração de uma teoria de texto, que discutisse a

constituição, o funcionamento, a produção dos textos em uso numa situação real de interação verbal.

Na teoria do texto, terceiro momento, pode-se considerar o texto como diacrônico, uma vez que, percebe-se com clareza o texto como processo e não como produto, na medida em que seus conceitos se evoluem, levando-se em consideração o texto e o contexto. Nessa abordagem, Koch (2004) diz:

“os parceiros da comunicação possuem saberes acumulados quanto aos diversos tipos de atividades da vida social, têm conhecimentos na memória que necessitam ser ativados para que a atividade seja coroada de sucesso”.

Com base em Koch (1997) obedecendo, em linhas gerais, a uma ordem cronológica, destacaremos alguns autores que mais influenciaram o desenvolvimento da Linguística Textual:

Roland Harweg – um dos pioneiros da Linguística Textual na Alemanha, tem o texto como “uma sucessão de unidades linguísticas constituída por uma cadeia de pronominalizações ininterruptas.” Nessa concepção, o texto se caracteriza basicamente pelo fenômeno do múltiplo referenciamento, ou seja, para que uma sequência de frases venha a constituir um texto, faz-se necessário que os mesmos referentes sejam retomados em cada uma delas por meio de formas “pronominais” em sentido amplo.

Harald Weinrich – autor que objetiva a construção de uma macrossintaxe do discurso, com base no tratamento textual de categorias gramaticais. Postula como método heurístico o da “partitura textual”, que consiste em unir análise por tipo de palavras e a estrutura sintática do texto num só modelo. Para ele, toda linguística é necessariamente linguística de texto, pois como estruturalista, define o texto como uma sequência linear de lexemas e morfemas que se condicionam reciprocamente e que, também reciprocamente constituem o contexto.

Wunderlich – pertencente à primeira geração de linguistas alemães preocupados com estudos textuais foi um dos principais responsáveis pela incorporação da pragmática nas pesquisas sobre o texto. Trabalhou em suas obras as questões relativas à dêixis, aos atos de fala e à interação face a face de modo geral.

Siegfried J. Schmidt – para o autor, o texto é qualquer expressão de um conjunto linguístico em um ato mais global de comunicação, ou seja, em um “jogo de atuação comunicativa” – tematicamente orientado e preenchendo uma função ilocucionária reconhecível. Para ele, a textualidade é o modo de toda e qualquer comunicação transmitida por sinais, inclusive os linguísticos. Esta posição o leva a preferir a denominação Teoria do Texto.

Elisabeth Gülich – entre seus objetos de pesquisa, destacam-se os sinais de articulação do texto, os procedimentos de reformulação textual, a narrativa oral, bem como a interação face a face de forma geral.

Beaugrande&Dressler – Na obra *Einführung in die Textlinguistik* (1981), os referidos autores procedem ao levantamento do que denominam critérios ou padrões de textualidade, que, segundo eles, seriam: coesão e coerência (centrados no texto), informatividade, situacionalidade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade (centrados no usuário).

Teun A. Van Dijk - os estudos do autor, que pode ser considerado também um dos fundadores da disciplina, têm uma trajetória interessante que acompanha em parte a própria trajetória da Linguística Textual.

É importante salientar que uma das tônicas da década de 80 foram os estudos sobre coesão e coerência textuais e nestes últimos anos, a questão da tipologia textual, que após ter sido, no momento da elaboração das gramáticas textuais, objeto de grande preocupação, parecia ter caído no esquecimento, volta - sob o enfoque dos gêneros textuais - a ocupar lugar de destaque nas pesquisas sobre o texto.

Diante da retrospectiva apresentada anteriormente, Koch (1997) mostra resumidamente o caminho percorrido pela Linguística Textual desde seu aparecimento.

A Linguística Textual percorreu um longo caminho, ampliando a cada passo seu espectro . De uma simples análise transfrástica, logo acompanhadas tentativas de elaboração de gramáticas textuais, passou a ter como centro de preocupação não apenas o texto em si, mas também todo o contexto - no sentido mais amplo do termo (situacional, sociocognitivo e cultural) - e a interferência deste na constituição, no funcionamento e, de modo especial, no processamento estratégico interacional dos textos, vistos como a forma básica de interação por meio da linguagem.

Segundo Koch (2010) , quando interagimos através da linguagem, temos sempre objetivos, fins a serem atingidos; há relações que desejamos estabelecer, efeitos que pretendemos causar, comportamentos que queremos ver desencadeados, ou seja, pretendemos atuar sobre o(s) outro(s) de determinada maneira, obter dele(s) determinadas reações (verbais ou não verbais). E é por isso que se pode afirmar que o uso da linguagem é essencialmente argumentativo: pretendemos orientar enunciados que produzimos no sentido de determinadas conclusões. Dito de outra forma, procuramos dotar nossos enunciados de determinada força argumentativa.

Entretanto, o caráter argumentativo da linguagem vista como interação social pode ser percebido pela existência de elementos ou marcas linguísticas que estabelecem a relação de comunicação entre os interlocutores. Essas marcas por sua vez, representam estratégias do autor em estabelecer uma relação com o leitor buscando a construção de um sentido comum em um texto.

De acordo com Ducrot apud Koch , tais mecanismos usados para a argumentatividade são marcas linguísticas da enunciação ou da argumentação. Podendo também ser chamadas de modalizadores no seu sentido mais amplo,

por conta do fato de terem a função de determinar a forma de como se dizem as coisas.

Todavia, para que um sentido comum entre o autor e o leitor se estabeleça faz-se necessário que o texto ative a construção de sentido através do conhecimento de mundo, contexto social e político, referências e pré-conceitos criando uma interação autor/texto/leitor.

Para esclarecemos melhor a ativação desses elementos realizaremos uma breve análise dos operadores argumentativos, marcadores de pressuposição, indicadores modais, indicadores atitudinais, índice de avaliação e de domínio, tempos verbais e índices de polifonia, baseada em Koch (2010).

Os operadores Argumentativos

Criado por Ducrot(1972, p.44) ,o termo operadores argumentativos designa certos elementos da gramática de uma língua que têm por função mostrar a força argumentativa dos enunciados e a direção para a qual apontam.

Para explicar seu funcionamento, o autor utiliza duas noções básicas: as de escala argumentativa (Se dá quando dois ou mais enunciados de uma classe se apresentam em gradação de força crescente no sentido de uma mesma conclusão) e classe argumentativa (Dá-se através de um conjunto de enunciados que igualmente servem de argumento direcionados a uma mesma conclusão).

Observe a seguir a definição/exemplificação de Assis (2010) para escala argumentativa e classe argumentativa pautado em alguns autores.

Segundo Guimarães (1987, p.25) na esteira de Ducrot, muitos dos estudos de semântica no Brasil têm considerado os conceitos de classe e escala argumentativa. Ao se descrever semanticamente um enunciado, deve-se levar em conta a noção de orientação argumentativa a qual está marcada, como uma regularidade enunciativa, no enunciado. Isso equivale a dizer que orientar argumentativamente é apresentar **A** como sendo o que se considera como devendo fazer o interlocutor concluir **C**. O que leva à conclusão é o próprio **A**. Dessa

forma, o conteúdo de **A** é dado como razão para se crer em **C**. Ducrot (1981, p.180) define a noção de **classe argumentativa** quando o locutor coloca dois enunciados **p** e **p'** na classe argumentativa determinada por um enunciado **r**, se ele considera **p** e **p'** como argumentos a favor de **r**. Por outro lado, se **p'** é mais forte que **p** em relação à **r** e o locutor contenta-se com **p** como prova de **r** implica contentar-se também com **p'**, mas não o inverso. Na medida em que uma classe argumentativa comporta semelhante relação de ordem, Ducrot a denomina **escala argumentativa**.

Após explicarmos rapidamente os conceitos anteriores, observemos agora os principais tipos de operadores.

A) Operadores que assinalam o argumento mais forte em uma escala orientada no sentido de determinada conclusão:

- Inclusive
- Até mesmo
- Até
- Mesmo

B) Operadores que somam argumentos a favor de uma mesma conclusão:

- e
- também
- ainda
- nem
- tanto... como
- não só... mas também
- além disso

C) Operadores que introduzem uma conclusão relativa a argumentos apresentados em enunciados anteriores:

- portanto
- logo

- por conseguinte
- pois
- em decorrência
- conseqüentemente

D) Operadores que introduzem argumentos alternativos que levam a conclusões diferentes ou opostas:

- ou
- ou então
- quer...quer
- seja...seja

E) Operadores que estabelecem relação de comparação entre elementos, com vistas a uma dada conclusão:

- mais que
- menos que
- tão...como

F) Operadores que introduzem uma justificativa ou explicação relativa ao enunciado anterior:

- porque
- que
- já que
- pois

G) Operadores que contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias:

- mas
- porém
- contudo
- todavia
- no entanto
- embora
- ainda que

- posto que
- apesar de que

H) Operadores que têm por função introduzir no enunciado conteúdos pressupostos:

- ainda
- já
- agora

I) Operadores que se distribuem em escalas opostas, uma escala para afirmação total, e outra para a negação total:

- um pouco
- pouco

Marcadores de Pressuposição

Os marcadores de pressuposição são os conteúdos que ficam a margem de discussão quando se fala em operadores argumentativos.

Além desses operadores já mencionados, existem outros elementos introdutórios de pressuposto, entre os quais valem citar:

1. Verbos que indicam mudança ou permanência de estado, como ficar, começar a, passar a., deixar de, continuar, permanecer, tornar-se, etc...

2. Verbos denominados “factivos”, ou seja, esses verbos são complementados pela enunciação de um fato. De um modo geral, são verbos de estado psicológico, como lamentar, lastimar, sentir, saber, etc...

3. Verbos conectores circunstanciais, especialmente quando a oração por eles introduzida vem anteposta. Ex.: desde que, antes que, depois que, visto que, etc.

Indicadores Modais ou Índices de modalidades

Igualmente importantes na construção do sentido do discurso e na sinalização da forma como aquilo que se diz é dito, estão os indicadores modais ou modalizadores – como também são chamados.

Tem-se como principais tipos de modalidades indicadas pela lógica:

Necessário/possível

Certo/incerto, duvidoso

Obrigatório/facultativo

Indicadores Atitudinais, índices de avaliação e de domínio

Os indicadores de atitudinais demonstram a atitude ou estado psicológico com que o locutor se mostra diante da enunciação que produz.

Já a forma como o locutor subjetivamente se mostra demonstra uma avaliação dos fatos. Sendo na maioria dos casos são expressões adjetivas e formas intensificadoras.

E os indicadores de domínio são dotados através de operadores que os delimitam dentro da forma como o locutor formula o enunciado.

Tempos Verbais

Com base em Benveniste, podemos dizer que os tempos verbais caracterizam-se em alguns momentos pela ordem do discurso e em outros por ordem da história.

Assim, Weinrich apud Koch (2010) divide os tempos verbais em “mundo comentado” e o “ mundo narrado”. O referido autor diz que no mundo comentado há um comprometimento da parte do autor com o que é enunciado. Já no mundo narrado, o locutor se distancia se do que é narrado e não apresenta comprometimento com o que é dito. Sendo então, o mundo comentado vigora nas manchetes de jornais trazendo os verbos no presente, mesmo que o comentário já tenha acontecido ou ainda deva acontecer. Ainda de acordo com o autor, o discurso direto faz parte do mundo comentado e o discurso indireto do mundo narrado. Todavia, a forma temporal verbal apresentada permite indicar também a perspectiva e a intensidade do que é apresentado.

Índices de Polifonia

Terminologicamente polifonia designa o fenômeno pelo qual, num mesmo texto, se fazem ouvir várias “vozes” que apresentam pontos de vista diferentes com as quais o locutor se identifica ou não. Algumas formas linguísticas funcionam como índices de polifonia, no texto. Entre estas, podem-se mencionar:

- A) Alguns operadores argumentativos: ao contrário, pelo contrário, etc.
Os enunciados não se opõem mais seguem na mesma direção;
- B) Os operadores do grupo do MAS e do EMBORA;
- C) Os operadores conclusivos;
- D) Os marcadores de pressuposição;
- E) O uso do futuro do pretérito como metáfora temporal,
- F) O uso de aspas.

É importante salientar que o usuário da língua deve conscientizar-se do valor argumentativo dessas marcas para que as utilize com eficiência em seu discurso e as perceba no discurso do outro com facilidade.

Se é exato que “falamos através de textos”, isto é, se os discursos constituem de fato o objeto adequado da linguística; se, de outro lado, admitimos que a língua é um meio de resolver os problemas que se apresentam constantemente na vida social, então a *conversação* pode ser considerada a forma de base de organização da atividade de linguagem, já que ela é a forma da vida cotidiana, uma forma interativa, inseparável da situação. (Bange, 1983:3 apud Koch, 2010: 75)

• **CAPÍTULO 2 – A TRAJETÓRIA DO JORNALISMO NO BRASIL**

2.1. Contexto Histórico do Jornal no Brasil

Com a vinda da família real portuguesa, em 1808, veio a atividade da imprensa para o Brasil, pois até então , não era permitida a publicação de jornais, livros ou panfletos. Assim, a Gazeta do Rio de Janeiro – primeiro jornal impresso do Brasil – circulou, pela primeira vez, no dia 10 de setembro de 1808. Inicialmente o referido jornal foi anunciado como semanário, mas já na semana seguinte ao lançamento já passava a bissetimário. A Gazeta era dirigida por Frei Tibúrcio José da Rocha, apesar de ser o jornal oficial da corte – órgão oficial do governo português – se apresentava como independente. Entretanto, o periódico divulgava notícias sobre os príncipes da Europa, festejos natalinos e que tinha relação com a corte.

No Brasil, a Gazeta do Rio de Janeiro é considerada a primeira publicação. Entretanto, em 1º de junho de 1808, o brasileiro Hipólito José da Costa, exilado em Londres, criava o primeiro jornal brasileiro fora do país – o Correio Brasiliense – jornal que era a primeira publicação regular livre de censura, em língua portuguesa, editado mensalmente foi publicado ininterruptamente até dezembro de 1822, sempre em Londres. O referido jornal, para chegar ao Brasil, vinha por navio e demorava quase um mês. Enquanto a Gazeta apresentava notícias da corte, o Correio Brasiliense era um jornal voltado para atacar os problemas da administração do Brasil. O jornal Correio Braziliense é editado hoje em Brasília e tem o seu nome como homenagem ao antigo periódico¹.

Mesmo o Brasil tendo passado por transformações econômicas, sociais e políticas desde a chegada da família real, a situação da imprensa não se

¹As informações históricas do capítulo foram retiradas dos seguintes sites – <http://jornalonline.net/historia-jornal-no-brasil> /<http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/historianobrasil> - em alguns momentos, tais informações foram parafraseadas e em outros foram retiradas na íntegra.

alterou antes de 1821. A censura à imprensa vigorava no país. Apenas em 1821, com as decisões da Corte portuguesa, as restrições à imprensa diminuíram, surgindo uma imprensa política. Todavia, apesar da liberdade da imprensa já estar garantida na primeira Constituição brasileira outorgada por D. Pedro I, em 1824, a censura à imprensa brasileira terminou apenas em 1827.

No período de 1822 até 1840, proliferaram tipografias, panfletos e jornais no país. Porém, enquanto uns jornais prosperavam e viviam da publicidade, os jornais de partidos ou criados pelos militantes não apresentavam uma organização e, assim tinham duração de poucos meses.

Mas foi ao longo do Segundo Reinado (1840-1889) que começaram a surgir jornais mais estáveis e estruturados, aumentando as edições e as tiragens.

O desenvolvimento dos jornais teve intensificação na segunda metade do século XIX, quando os títulos mais fortes mudaram de formato – abandonaram o tamanho pequeno, incorporaram prelos mais modernos e instalaram-se em prédios construídos com a finalidade de abrigá-los. A maioria dos diários fundados na época deixou de circular, porém, ainda permanecem em circulação o jornal O Fluminense, em Niterói, e o Estado de S. Paulo, em São Paulo.

Com o passar dos anos e a evolução do país em vários aspectos, os jornais passavam a abordar assuntos variados, ser distribuídos com mais facilidade devido à construção das ferrovias e as informações chegavam mais rapidamente às redações com a implantação das linhas telegráficas. Com a chegada da República Velha (1889-1930), novas transformações ocorreram na imprensa brasileira. O cerceamento da liberdade e os atos de violência eram constantes, principalmente contra os jornais que se mantinham monarquistas. No entanto, apesar da repressão à liberdade de imprensa, surgiram, nesse período, publicações voltadas para a classe operária e para as comunidades imigrantes.

Enquanto os jornais acompanhavam o surgimento de mais uma fonte de informação, – o rádio, que chegou ao Brasil em 1923 –, eles também se modernizavam. Foi na chamada República Velha que os principais jornais brasileiros incorporaram máquinas de escrever à redação e à área administrativa, e adquiriram novos linótipos para acelerar a composição e

novas rotativas que permitiam aumentar as tiragens e melhorar a qualidade da impressão. Nesta fase, surgiram novos títulos como O Globo e Monitor Mercantil, no Rio de Janeiro, Folha da Noite (hoje Folha de S. Paulo), e Gazeta Mercantil, em São Paulo.

Entre a Revolução de 1930 e o fim do Estado Novo (1945), a imprensa brasileira acompanhou de perto todas as transformações políticas ocorridas no país. Houve a instabilidade do Governo Provisório, a Revolução de 1932, a criação da Constituição de 1934 e o estabelecimento do Estado Novo em 1937. Em função dos acontecimentos, a imprensa chegou a se posicionar claramente, tendo, inclusive, apoiado a Revolução de 1932, ficando ao lado dos que reivindicavam eleições livres e uma Constituição.

Entretanto, com o golpe de estado de 1937, a imprensa novamente passou a ser perseguida, e a liberdade de imprensa cerceada. O Estado passou a controlar mais de perto o que saía nos jornais, já que através de uma carta constitucional, tornou a imprensa um serviço público, tornando-a sujeita ao controle estatal. Porém, em 1939, o governo mostrou novamente o seu poder e criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), com o objetivo de censurar toda a produção jornalística, cultural e de entretenimento, produzir conteúdos e controlar o abastecimento de papel. Os profissionais de imprensa eram vigiados pela polícia, os jornais eram submetidos à censura e obrigados a publicar propaganda estatal e o financiamento ao fornecimento de insumos para a produção dos jornais podia ser suspenso. Com o DIP em ação e a exigência de autorização para a circulação de publicações, 420 jornais e 346 revistas foram vetados.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a imprensa iniciou um novo ciclo de modernização tecnológica, com o investimento em novos equipamentos. Nas redações, foram adotados novos modelos de técnicas jornalísticas inspiradas no modelo norte-americano, como a busca pelo lide, a pirâmide invertida, a diagramação mais atrativa. As empresas jornalísticas passaram ainda por um processo de profissionalização tanto na parte administrativa quanto na parte operacional.

No período de 1945-1964, o Brasil passou por grandes transformações na política e, mais uma vez, a imprensa acabou sofrendo de alguma forma com os acontecimentos. Quando o presidente Getúlio Vargas se suicidou em 1954, em meio a uma crise política desencadeada pelo atentado contra o jornalista Carlos Lacerda, vários jornais que se opunham ao presidente foram invadidos e tiveram seus equipamentos destruídos. Outra notícia de grande repercussão foi a renúncia à presidência de Jânio Quadros e a chegada do vice, João Goulart, à presidência após a adoção do regime parlamentarista. Esses dois episódios contribuíram para tornar o jornalismo político o grande destaque da imprensa brasileira no período.

Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), marcado por um processo de urbanização e industrialização, havia liberdade de imprensa, e as relações entre o governo e os jornais eram, na maioria das vezes, cordiais. Foi durante esse período que começou a crescer a publicidade privada no faturamento de empresas jornalísticas. Foi também nessa época que a TV surgiu no Brasil. No entanto, nem o rádio com sua enorme audiência, nem mesmo a chegada da TV, conseguiram abalar o prestígio dos jornais.

Com a chegada dos militares ao poder em 1964, chegava também um novo ciclo de autoritarismo. Quando ocorreu o golpe militar, houve um grande respaldo por parte dos jornais brasileiros, que apoiaram a tomada de poder. No entanto, com o passar dos anos, os jornais foram assumindo uma postura crítica ao regime militar a partir do momento em que o regime se mostrava cada vez mais autoritário. E diante das restrições ao noticiário político e social e da expansão econômica do país, os jornais reforçaram suas editorias de economia.

A imprensa sofreu o seu mais duro golpe com a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5). No dia 13 de dezembro de 1968, o regime militar reintroduziu a censura direta e indireta no país. O cerceamento à imprensa chegava, assim, através de ameaças e vigilância constante sobre jornalistas e editores, além de pressões econômicas por meio de verbas publicitárias oficiais ou a anunciantes privados.

Nos anos de ditadura, o Brasil viu também o surgimento de uma imprensa alternativa, cujo conteúdo se caracterizava pelo tom crítico em relação à situação econômica e política do país. Três dos jornais mais importantes da época foram O Pasquim, fundado em 1969, Opinião, criado em 1972, e Movimento, surgido em 1975. Devido à censura ou à falta de suporte financeiro, os jornais alternativos não duraram muito tempo.

Nos anos 70, a imprensa brasileira passou por mais um ciclo de mudanças. Os jornais vespertinos foram desaparecendo gradualmente ou se tornaram matutinos; o número de títulos foi diminuindo; e os jornais com maior número de leitores foram aumentando sua circulação e se modernizando tecnologicamente com a introdução da fotocomposição e da impressão offset.

Em agosto de 1974, o presidente da República, general Ernesto Geisel, anunciou a lenta e gradativa abertura política. No entanto, isso não significou nem o fim do cerceamento à imprensa nem o fim dos atentados aos direitos humanos. Um dos casos de maior repercussão na época foi a morte, ou suicídio por enforcamento segundo a versão oficial, do jornalista Valdimir Herzog, em 25 de outubro de 1975. A imprensa, porém, não ficou à espera do cumprimento de promessas feitas pelo governo; ela aumentou o noticiário crítico ao governo, e repercutiu as manifestações da oposição que exigiam mais liberdade. Nesse período foram fundados jornais como a Folha Dirigida, no Rio de Janeiro.

Com o início da redemocratização no Brasil a partir de 1985, e com a promulgação da Constituição de 1988, o princípio da liberdade de imprensa foi consolidado. A importância do papel da imprensa pôde, assim, ser constatado na cobertura das denúncias de corrupção veiculadas pela imprensa durante o governo do presidente da República, Fernando Collor de Mello, o primeiro presidente a ser eleito pelo voto direto após a redemocratização. As denúncias levaram os brasileiros às ruas para protestar contra o presidente e a exigir o seu afastamento. Submetido a um processo de impeachment, Collor renunciou ao cargo em 2 de outubro de 1992, sendo posteriormente afastado pelo Congresso Nacional em 29 de dezembro de

1992, acarretando a perda de seu mandato e de seus direitos políticos por oito anos.

O surgimento de novas mídias como a TV por assinatura e a internet mexeram com o jornalismo tradicional. Os jornais brasileiros, por exemplo, precisaram se adaptar a elas e, ao mesmo tempo, fazer com que os seus leitores continuassem a prestigiar as edições impressas. Assim, ao mesmo tempo em que investiam em edições online de seus jornais, as empresas jornalísticas continuavam inovando com relação ao conteúdo de suas versões impressas. Ao investir na inovação técnica e editorial, os jornais conseguiram superar os desafios surgidos a partir do nascimento e crescimento de novas mídias.

Atualmente, em pleno século XXI, o temor de que os jornais impressos iriam desaparecer não se concretizou. É verdade que alguns jornais brasileiros deixaram de existir em versões impressas, mas não só por causa do surgimento de novas mídias como a internet, e sim por problemas financeiros, por acúmulo de dívidas contraídas, como por exemplo, em função de perseguições sofridas durante a ditadura militar. Assim sendo, hoje, é possível dizer que tanto os jornais impressos quanto os jornais online se complementam.

Abordaremos nos tópicos a seguir a trajetória dos Jornais – Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, por serem eles os jornais que usaremos com base para a nossa análise de corpus.

2.2 – Jornal - *Folha de S. Paulo*

A história do jornal *Folha de S. Paulo* teve início em 1º de janeiro de 1960, quando ocorreu a fusão de três jornais: *Folha da Noite*, *Folha da Manhã* e *Folha da Tarde*. Conhecido como *Folha de S. Paulo*, *Folha de São Paulo*, ou simplesmente *Folha*, o jornal é ao lado de *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* um dos jornais mais influentes do país.

Em 1962, o jornal foi comprado por Carlos Caldeira Filho e Octavio Frias de Oliveira (cuja família ainda mantém o controle do jornal). Em 15 de

outubro de 1963 era lançado o jornal Notícias Populares. Dois anos depois, em 1965, o Grupo Folha incorporou o jornal. A partir de 1967, a Folha iniciou a modernização de seu parque gráfico, tornando-se o primeiro jornal impresso em offset do Brasil. E, em 19 de outubro de 1969, voltava a circular o jornal Folha da Tarde.

Inicialmente, a *Folha de S. Paulo* apoiou o golpe militar de 1964, cuja ditadura implantada no Brasil durou até o governo do presidente Ernesto Geisel. O jornal chegou a classificar o governo militar como “sério, responsável, respeitável e com indiscutível apoio popular...”. No entanto, devido a essa postura, o jornal sofreu uma série de atentatos contra veículos de entrega de jornais, que eram incendiados por grupos de esquerda que faziam resistência à ditadura militar. Porém, a partir de meados da década de 70, a Folha passou a defender o retorno da democracia no país. Ao mudar a linha editorial do jornal, a Folha passou também a lutar por eleições diretas e a apoiar o movimento “Diretas Já”. Naqueles anos, a redação era formada por jornalistas como Bóris Casoy, Jânio de Freitas, Cláudio Abramo e Clóvis Rossi.

Na década de 70, a Folha desempenhou um papel decisivo no processo de redemocratização do Brasil, quando abriu suas páginas ao debate de ideias que fervilhavam na sociedade civil. Em 22 de junho de 1976, começou a circular “Tendências/Debates”, que abrigava textos de intelectuais e políticos perseguidos pelo regime militar.

Nos anos 80, a Folha assumiu a liderança na imprensa diária brasileira como o jornal de maior circulação do país. E, em 1983, o jornal foi o primeiro da América do Sul a iniciar o seu processo de informatização da redação. No mesmo ano, foi criado ainda o Datafolha, instituto de pesquisa de opinião pública e de mercado, que faz levantamento de temas de interesse dos leitores e fornece informações à produção editorial. Na década, o jornal também foi pioneiro na adoção de infográficos e quadros que explicam, de maneira didática, os detalhes das principais notícias e o contexto das mesmas. Já no final da década, o jornal implantou um formato pioneiro e revolucionário para a época ao contratar um ombudsman. No jornal, ele

funciona como um ouvidor que anota as críticas e opiniões dos leitores e que, com independência, tem o poder de criticar matérias e reportagens do jornal com total imparcialidade.

A década de 90 não começou muito bem para o jornal, já que, em março de 1990, agentes da Polícia Federal, em plena democracia, invadiram a Folha sob o pretexto de buscar irregularidades administrativas. Já no ano de 1991, a Folha foi o primeiro órgão da imprensa brasileira a pedir o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, que renunciou ao cargo no ano seguinte.

Os anos 90 foram de investimento na criação de novos produtos e suplementos dentro da Folha de S. Paulo. Foi a época do surgimento da Revista da Folha, do Caderno Mais!, do caderno Folha teen e da TV Folha. Através de uma grande campanha publicitária, o jornal conseguiu atrair mais leitores e a liderar as vendas em São Paulo, superando *O Estado de S. Paulo*. Uma reforma gráfica em meados da década de 1990 – a página do jornal passou a ser impressa colorida todos os dias –, e o lançamento de livros e dicionários ajudaram a impulsionar as vendas. Em 1992, por exemplo, a venda da edição dominical da Folha chegava em média a 522.215 exemplares. No ano seguinte, os três jornais do grupo – Folha, Folha da Tarde e Notícias Populares – atingiam uma circulação média diária de 560 mil exemplares. Em julho de 94, a Agência Folha passou a comercializar seu serviço noticioso 24 horas por dia. O serviço atende jornais, revistas, rádios e TVs de todo o Brasil. Dois anos depois, em março de 1996, o Grupo Folha lançava em caráter experimental o Universo Online (UOL), o primeiro serviço online de grande porte no país. E, em setembro do mesmo ano, o Grupo Folha anunciava a fusão do Universo Online (Grupo Folha) com o Brasil Online (Grupo Abril), sendo constituída uma nova empresa, o Universo Online S.A. Na internet, o jornal Folha de S. Paulo pode ser lido no endereço <http://www.folha.uol.com.br/>. No ano de 1999, o Grupo Folha anunciava, no dia 22 de março, mais um lançamento: o jornal Agora São Paulo – <http://www.agora.uol.com.br/> – em substituição à Folha da Tarde, publicação

encerrada no dia anterior. O novo jornal, com apresentação gráfica moderna e inédita, é direcionado à família do trabalhador paulistano.

Apesar do crescimento nos anos 90, a Folha não conseguiu manter a sua meta de vendas e obteve uma queda no número de vendas diárias do jornal a partir do ano 2000. No entanto, mesmo com um número menor de vendas, a Folha manteve a liderança de circulação (somando-se vendas avulsas e assinantes) dentre os jornais pagos, em 2008 e em 2009. Em janeiro de 2000, o Brasil Online (BOL), empresa do Universo Online, lançava a Net Gratuita, provedor de acesso gratuito à Internet. E, no dia 2 de maio de 2000, o Grupo Folha em associação com o Infoglobo, que publica o jornal O Globo, lançava o jornal Valor – <http://www.valoronline.com.br/> – de conteúdo financeiro e econômico.

O jornal, sempre em busca da notícia, teve um papel importante no início da história do mensalão, já que, em 6 de junho de 2005, a Folha publicou uma entrevista do deputado federal Roberto Jefferson. Na entrevista, ele denunciava pagamentos mensais de 30 mil reais realizados pelo tesoureiro do PT, Delúbio Soares, a alguns deputados da base aliada, com o objetivo de aprovar emendas favoráveis ao governo. Com a repercussão da notícia, investigações foram iniciadas, uma CPI foi instaurada, parlamentares renunciaram ou foram cassados, ministros e funcionários de altos escalões do poder executivo e do PT foram afastados. E para fechar, foi aberto um inquérito no Supremo Tribunal Federal contra 39 réus supostamente envolvidos no esquema do mensalão.

Ao mesmo tempo em que a Folha investiga, procura aprofundar uma notícia de interesse público, informando os seus leitores sobre os principais fatos do Brasil e do mundo, o jornal também comete erros, e é punido por isso, tanto que ele coleciona algumas condenações na justiça, tendo, inclusive de pagar indenizações às pessoas que se sentiram ofendidas em sua honra e imagem.

A filosofia do jornal sempre foi noticiar com pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e analítico e independência.

A partir de agora conheceremos a trajetória do Jornal *O Estado de S. Paulo* até os dias atuais.

2.3 – Jornal - *O Estado de S. Paulo*

O Estado de S. Paulo ou Estadão é o mais antigo dos jornais da cidade de São Paulo ainda em circulação, tendo sido fundado em 4 de janeiro de 1875, com base nos ideais de um grupo de republicanos engajados no ideário republicano e abolicionista. Na época em que foi criado, ainda no Império, o jornal se chamava *A Província de S. Paulo*. O escritor Euclides da Cunha, sob o pseudônimo de Proudhon, foi um dos colaboradores do jornal.

Por ter sido o pioneiro em venda avulsa no país – o francês Bernard Gregoire, montado num burro, oferecia o jornal em todos os recantos da cidade –, o jornal *A Província de São Paulo* foi ridicularizado por outros jornais que concorriam com ele – *Correio Paulistano*, fundado em 1854, e *Diário de São Paulo*, fundado em 1865, ambos extintos –, mas a estratégia de venda deu certo, aumentando a tiragem do jornal. Quando surgiu, o jornal tinha quatro páginas e uma tiragem de 2.025 exemplares. A tiragem foi aumentando e, em 1896, já estava em 10 mil o número de exemplares publicados.

Somente em janeiro de 1890, após a queda da Monarquia e instituição da República no Brasil, é o que o jornal *A Província de S. Paulo* passou a circular com o nome de *O Estado de S. Paulo*. E quando o então redator-chefe Francisco Rangel Pestana se afastou do jornal, o jovem redator Júlio Mesquita assumiu efetivamente a direção do Estadão e deu início a uma série de inovações. Uma das ideias colocadas em prática foi a contratação pelo jornal da agência Havas, então a maior do mundo, para dar mais agilidade às notícias internacionais.

A modernização do jornal acompanhava o crescimento da cidade de São Paulo, tanto que, ao final do século XIX, *O Estado de S. Paulo* já era o

maior jornal de São Paulo, superando o Correio Paulistano. A partir de 1902, o jornal passou a ser de propriedade exclusiva da família Mesquita.

Ao apoiar a causa aliada na Primeira Guerra Mundial, a comunidade alemã na cidade não se conformou e retirou todos os anúncios do jornal. Júlio Mesquita não mudou de ideia e manteve a posição de seu diário. Em 1924, o Estado foi impedido de circular pela primeira vez e Júlio Mesquita chegou a ser preso a mando do governo federal. O motivo: ele intermediou, após a Revolução Tenentista que ocupou a cidade de São Paulo por 23 dias, um diálogo entre os revolucionários e o governo. Três anos depois, com a morte de Júlio Mesquita, seu filho Júlio de Mesquita Filho assumiu a redação com o irmão Francisco à frente da parte financeira do jornal.

Em 1930, o jornal, ligado ao Partido Democrático, apoiou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência, em oposição a Julio Prestes. Vargas foi derrotado nas eleições, mas assumiu o poder com a Revolução de 1930, saudada pelo jornal como um marco do fim de um sistema oligárquico. No entanto, dois anos depois, o Estadão e o Partido Democrático, inconformados com o autoritarismo de Getúlio Vargas, e juntamente com setores do Partido Republicano Paulista, articularam a Revolução Constitucionalista de 32, que reivindicava eleições livres e uma Constituição. Com a derrota dos revolucionários, Júlio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita foram presos pela ditadura e expatriados para Portugal. No ano seguinte, um acordo entre Getúlio Vargas e o político Armando de Salles Oliveira permitiu que Júlio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita retornassem ao país junto com outros expatriados.

Durante o Estado Novo (1937-1945) e a República Nova (1946-1964), o jornal fez oposição a todos os governos, tanto que, em março de 1940, chegou a ser invadido pelo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), órgão do governo brasileiro criado durante o Estado Novo, cujo objetivo era controlar e reprimir movimentos políticos e sociais contrários ao regime no poder. O jornal foi inicialmente fechado e logo depois confiscado pela ditadura, sendo administrado pelo DIP (Departamento de Imprensa e

Propaganda) até 1945, quando foi devolvido pelo Supremo Tribunal Federal a seus legítimos proprietários.

Em 1964, O Estado de S. Paulo apoiou o movimento militar que depôs o presidente João Goulart e a eleição indireta de Castello Branco. No entanto, para os diretores do jornal, a intervenção militar deveria ser transitória. Quando os diretores do periódico perceberam que os militares queriam se perpetuar no poder, o jornal retirou seu apoio logo após a decretação do Ato Institucional nº 2, que dissolveu os partidos políticos, e o Estadão rompeu com o regime. Em 1966, o Grupo Estado lançou o Jornal da Tarde, um diário com um acompanhamento especial dos problemas urbanos. Em 1968, os dois jornais, que continuavam se opondo ao regime, passaram a contar com censores da Polícia Federal em sua redação, ao contrário dos outros grandes jornais brasileiros, que aceitaram se autocensurar. Entre 1968 e 1975, mais de 1.000 páginas dos jornais O Estado de S. Paulo e Jornal da Tarde foram censuradas. No entanto, apesar das restrições, O Estado de S. Paulo continuava com suas denúncias de censura através da publicação de poemas de Luís de Camões – como nas edições dos dias 28 de julho e 30 de novembro de 1974 – e receitas culinárias, em lugar das notícias proibidas. Em fevereiro de 1967, a tiragem do Estadão ultrapassou os 340.000 exemplares. Em 1969, com a morte de Mesquita Filho, o jornal passou a ser dirigido por Júlio de Mesquita Neto.

Apesar das dificuldades enfrentadas com a ditadura militar, o Grupo Estado continuou se diversificando, e no dia 4 de janeiro de 1970, nasceu a Agência Estado – <http://www.ae.com.br/institucional/>. Na década de 70, o Estado também passou a ter um grande concorrente: a Folha de S. Paulo. Em 1974, recebeu o Prêmio Pena de Ouro da Liberdade, conferido pela Federação Internacional de Editores de Jornais. A censura aos jornais O Estado de S. Paulo e Jornal da Tarde só foi retirada em janeiro de 1975.

Nos anos 80 houve uma reformulação no jornal O Estado de S. Paulo. Em 1986, com o jornalista Augusto Nunes no posto de diretor de redação, o noticiário do jornal começou a ser renovado. As novidades passaram também pelo processo gráfico e que culminaram em 1991, quando foram introduzidas

cores no jornal. O Estadão também passou a ter edições diárias – até então o jornal não circulava às segundas-feiras e dias seguintes a feriados. Em 1992, a Agência Estado adquiriu a Broadcast, incorporada oficialmente em 6 de janeiro de 1992.

Em 1996, Julio de Mesquita Neto morreu, e o jornal passou a ser dirigido por seu irmão, Ruy Mesquita, até então diretor do Jornal da Tarde, pertencente ao Grupo Estado.

Em março de 2000 ocorreu a fusão dos “sites” da Agência Estado, O Estado de S. Paulo e Jornal da Tarde resultando no **portal Estadão.com.br** – <http://www.estadao.com.br/> –, veículo informativo em tempo real. A identificação do leitor com o portal foi imediata, tanto que, em janeiro de 2003, o portal superou a marca de um milhão de visitantes mensais, consolidando a posição de liderança em consultas a veículos de jornalismo em tempo real no Brasil.

Em 2003, o Grupo Estado passou por uma grande reestruturação. A maior parte da família Mesquita deixou os cargos de direção e ocorreram demissões em massa no grupo. No entanto, após o saneamento financeiro, o Estadão empreendeu uma reformulação gráfica em outubro de 2004, com a criação de novos cadernos. Hoje, além do jornal O Estado de S. Paulo, o Grupo Estado publica o Jornal da Tarde, desde 1966, e detém controle sobre a OESP Mídia (1984), empresa que atua no ramo de Publicidade por meio de Classificados. Também pertencem ao Grupo Estado as rádios Eldorado AM e FM (1958) e a Agência Estado (1970), maior agência de notícias do Brasil.

Desde os anos 60, o jornal Estadão vem tomando posições mais liberais, não fugindo a sua característica de expressar suas opiniões sobre os mais diversos assuntos, sejam eles nacionais ou internacionais. O jornal, por exemplo, defendeu em editorial a legalização do aborto no Brasil, fez críticas ao ex-presidente dos Estados Unidos, George W. Bush e, e ao presidente francês Nicolas Sarkozy, e, mais recentemente, declarou abertamente, em setembro de 2010, apoio ao candidato José Serra na eleição presidencial no Brasil em 2010.

Atualmente, o Estadão é, ao lado da Folha de S. Paulo, O Globo e Correio Braziliense, um dos jornais mais influentes do Brasil, e um dos quatro grandes em número de circulação no país. E por causa de sua credibilidade conquistada ao longo dos anos, O Estado de S. Paulo tem sido citado por associações internacionais como um dos diários mais completos do mundo, ao lado dos grandes jornais europeus e norte-americanos.

No próximo tópico, abordaremos os estudos sobre o conceito de gênero textual pautado na perspectiva de Bakhtin e outros autores.

2.4 – Conceito de Gênero

Segundo Alves Filho (2011) , faz muito tempo que se fala de gêneros. Aristóteles , na Grécia Antiga , já apresentava teoria sobre gêneros teóricos, esses visto por ele como as formas de organização dos discursos para fins de convencimento das outras pessoas nas situações públicas comuns no mundo grego antigo – como vimos no primeiro capítulo do presente trabalho .

Aristóteles, na época, propôs uma idéia sugestiva, foi a noção de que há fusão entre forma e conteúdo baseada na situação de cada gênero de discurso, mas essa idéia foi deixada de lado pela visão tradicional de gênero, mesmo tendo grande aceitação entre estudiosos de retórica e literatura durante vários séculos. E foi por esta aceitação que permaneceu durante muito tempo sendo apenas parafraseada e reafirmada em grande parte do mundo ocidental. Todavia prestou-se pouca atenção à fusão entre forma e conteúdo e passou a se pensar apenas na forma. Sendo então, a noção de gênero daí derivada adquiriu uma feição muito restrita e formal, de modo que muitos passaram a acreditar que um gênero seria apenas uma forma para classificar os textos de acordo com sua estrutura de composição.

Contudo, em boa parte do século XX, o conceito de gênero passou a ser muito malvisto por escritores e estudiosos de literatura, porque ele era associado a uma forma restritiva, condicionadora e inibidora das manifestações

da criatividade individual. Muitos autores literários chegaram a imaginar que os gêneros poderiam impedir sua expressão poética e, por isso, propuseram até a morte dos gêneros.

Uma das piores consequências de tratar o gênero como forma é que isso impõe fazer a separação entre forma (que supostamente seria o gênero) e conteúdo que ele veicularia. Essa dicotomia forma e conteúdo também tem o inconveniente de levar a pensar que o gênero poderia ser um recipiente onde se depositaria o suposto sentido dos textos. Ora, um gênero não é um recipiente vazio, pois, de certo modo, um recipiente, como um copo, impõe fortes limites sobre a quantidade de líquido que pode nele ser colocado. Em vez de dizer que um gênero é um copo vazio, parece-nos mais apropriado pensar em um gênero como copo já e sempre com algum líquido em seu interior. (...) Outra consequência negativa da visão tradicional de gêneros foi supor que eles seriam produtos estáticos (...) ou seja, um gênero nem é somente forma, nem é somente conteúdo, mas uma espécie de mistura funcional entre forma e conteúdo. (Alves Filho, 2011: 18)

Observaremos a partir de agora algumas concepções de gêneros importantes, com base em Marcuschi (2011).

Com Aristóteles os gêneros textuais se distribuíam em três categorias - o gênero deliberativo, o gênero judiciário e o gênero demonstrativo- e depois passaram a dizer respeito a categorias literárias bastante sólidas – gênero épico, gênero dramático e gênero lírico - que foram se ampliando e subdividindo até entrarem em crise com a crítica do romantismo à estética clássica (a visão normativa e rígida das formas levou ao progressivo abandono da teoria dos gêneros na reflexão literária); Todavia, hoje a noção de gênero ampliou-se para toda a produção textual. Mas a noção de gênero foi diluída a ponto de não podermos indagar que categoria é essa a que chamamos de gênero textual. Mesmo assim, não podemos negar que a reflexão sobre gêneros textuais é atualmente tão relevante quanto necessária, tendo uma

visão de ele ser tão antigo quanto a linguagem, já que vem essencialmente envolto em linguagem.

Bakhtin (1979), em suas reflexões programáticas tem por idéia central o gênero como um enunciado de natureza histórica, sociointeracional, ideológica e lingüística relativamente estável.

Bazerman (1994), alinhando-se a essa posição, afirmava que, apesar de termos o interesse em identificar os gêneros e classificá-los, parece impossível estabelecer taxonomias e classificações duradouras , a menos que nos entreguemos a um formalismo reducionista. Pois, para o referido autor, gêneros são o que as pessoas reconhecem como gêneros a cada momento do tempo, seja pela denominação, institucionalização ou regularização. Os gêneros são rotinas sociais de nosso dia a dia.

Portanto, conforme Marcuschi (2011), na realidade , o estudo dos gêneros textuais é uma fértil área interdisciplinar, com atenção especial para o funcionamento da língua e para as atividade culturais e sociais. Veremos os gêneros como entidades dinâmicas desde que não concebamos os gêneros como modelos estanques nem como estruturas rígidas, mas sim como formas culturais e cognitivas de ação social. Mas Bornckart (2001) apud Marcuschi (2011) nos lembra que os gêneros têm uma identidade e eles são entidades poderosas que, na produção textual, nos condiciona a escolhas que não podem ser totalmente livres nem aleatórias, tanto do ponto de vista léxico, do grau de formalidade ou da natureza dos temas. Sendo assim, os genros limitam nossa ação na escrita. Isto faz com que Devitt (1997) identifique o gênero como linguagem estândar, pois, por um lado, impõe restrições e padronizações, mas, por outro, é um convite a escolhas, estilos, criatividade e variação.

Como podemos observar, existe uma enorme variedade de teorias de gêneros nos dias de hoje, mas fica claro que as teorias de gênero que privilegiam a forma ou a estrutura estão em crise, tendo em vista o gênero como essencialmente flexível e variável, tal como a linguagem. Pois, assim como a língua varia os gêneros também variam, adaptam-se, renovam-se e multiplicam-se.

Contudo, podemos dizer que, hoje, a tendência é olhar os gêneros pelo seu lado dinâmico, processual, social, interativo, cognitivo, evitando a classificação e a postura estruturais.

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo. (Bakhtin, 2011: 262)

2.4.1 –Os Gêneros Jornalísticos e a Linguagem Jornalística

O jornal enuncia e constitui-se em um fazer social, bem como, todo ato de comunicação. Para Alves Filho (2011) os jornais são veículos de comunicação para o exercício de várias atividades, sendo as duas mais importantes a divulgação da informação e a expressão de opinião. Tanto para a divulgação da informação quanto para a construção da opinião, três atores sociais são extremamente importantes: os jornalistas, os colaboradores e os leitores, a cada um dos quais determinados gêneros são mais diretamente ou exclusivamente associados. Jornalistas incumbem-se de notícias, reportagens, editoriais e colunas; colaboradores encarregam-se de artigos de opinião; e os leitores têm por excelência a responsabilidade da Carta de leitor.

Mas para que servem os gêneros jornalísticos? Segundo Medina(2001), com certeza servem para orientar os leitores a lerem os jornais, permitindo-os identificar as formas e os conteúdos dos mesmos. Servindo também, como um diálogo entre o jornal e o leitor, pois é através das exigências dos leitores que as formas e conteúdos dos jornais se modificam. Os gêneros servem ainda para identificar uma determinada intenção, seja de informar, de opinar, de interpretar ou de divertir. Entretanto, com base no referido autor, podemos afirmar que os gêneros são determinados pelo estilo que o jornalista emprega para expressar para o seu público os acontecimentos do cotidiano e que a

maioria dos jornais brasileiros divide os gêneros Jornalísticos em quatro grandes grupos:

- Informativo – com a preocupação de relatar os fatos de uma forma mais objetiva possível;
- Interpretativo – que, além de informar, procura interpretar os fatos;
- Opinativo – expressa um ponto de vista a respeito de um fato;
- Entretenimento – que, são as informações que visam á distração dos leitores.

Tal divisão serve para que possamos identificar como os fatos jornalísticos são processados, servindo como uma ferramenta para que os leitores se orientem na busca das informações desejadas. Convém salientar que, os jornais, além de serem canais eficientes para transmissão de informações, servem também como prestadores de serviços, como suportes para publicidade e propaganda, entre outras utilidades.

Com base na divisão anterior, observe os gêneros pertencentes a cada uma das modalidades apresentadas:

- Gêneros informativos - Nota, notícia, reportagem, entrevista, título e chamada.
- Gêneros opinativos – (totalmente subjetivos, com opiniões de colaboradores e editores) - Editorial, comentário, artigo, resenha ou crítica, coluna, carta, crônica.
- Gêneros utilitários ou prestadores de serviços– roteiro, obituário, indicadores, campanhas, “ombudsman”, educacional (testes e apostilas).
- Gêneros ilustrativos ou visuais – engloba gráficos, tabelas, quadros demonstrativos, ilustrações, caricatura e fotografia.
- Propaganda - Comercial, institucional e legal.

- Entretenimento - Passatempos, jogos, história em quadrinhos, folhetins, palavras cruzadas, contos, poesia, charadas, horóscopo, dama, xadrez e novelas.

Faz-se necessário dizer que, segundo Cardoso (2001)², o jornal anuncia uma presença tripla: jornalistas e leitores em relação às fontes de informação. Essa ligação seria representativa de uma espécie de colaboração entre enunciador e receptor, o que muitas vezes é explorado à exaustão nos veículos da mídia. No entanto, é importante ressaltar que o discurso jornalístico baseia-se na busca de uma neutralidade e objetividade, mantendo assim uma relação de transparência com seus leitores. Essa “neutralidade”, contudo, é ilusória: a linguagem e o discurso sempre contêm intencionalidade.

Dito de outra forma, sempre que nos comunicamos estamos tentando agir sobre o outro, assim podemos considerar a comunicação comum um jogo de interação, que se dá desde o discurso mais simples do cotidiano até aqueles de grande repercussão, como é o caso do discurso jornalístico.

“a finalidade última de todo ato de comunicação não é informar, mas é de persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado. Por isso, o ato de comunicação é um complexo jogo de manipulação com vistas a fazer o enunciatário crer naquilo que se transmite”.

FIORIN (2000: 52)

Aprofundaremos um pouco mais sobre as peculiaridades do gênero editorial no próximo tópico, uma vez que a nossa análise de corpus será pautada no estudo de tal gênero.

² O gênero editorial na perspectiva do interacionismo sócio-discursivo: o contexto de produção. (Liège Baccaro e Elvira Lopes Nascimento) - Universidade Estadual de Londrina

2.4.2. O Gênero Textual - Editorial

Segundo Faria (2004), o editorial lida com idéias, argumentos, crítica, marcando a posição do jornal/revista sobre os principais fatos do momento.

Sendo então, o leitor procura, no editorial, assuntos de repercussão momentânea, sobre os quais o jornal/revista irá se posicionar. O vocabulário do editorial costuma ser objetivo, e as frases empregadas são curtas e não muito complexas. Essa objetividade visa mostrar a opinião do jornal como algo concreto e verdadeiro.

Editorial -Texto jornalístico opinativo, escrito de maneira impessoal e publicado sem assinatura, sobre os assuntos ou acontecimentos locais, nacionais ou internacionais de maior relevância. Define e expressa o ponto de vista do veículo ou da empresa responsável pela publicação (do jornal, revista, etc.) ou emissão (do programa de televisão ou rádio). O editorial apresenta, principalmente em sua forma impressa, para jornal/revista, traços estilísticos peculiares. (...) A página editorial tem um estilo que acompanha as tendências do jornal, o próprio 'estilo' do jornal. Esse 'estilo' é equilibrado, denso ou leve, conforme a linha do veículo." (RABAÇA & BARBOSA, 1987 apud Faria (2004: 118-119)

A referida autora ressalta que o editorial poder ser trabalhado como uma estrutura dissertativa, na qual o jornal/revista visa persuadir o leitor, e por isso geralmente emprega uma linguagem sutil e leve, e organiza-se num modelo simples e de fácil apreensão: existe a apresentação sucinta de uma questão, seu desenvolvimento e discussão através de argumentos e contra-argumentos e a apresentação breve e condensada da conclusão e do modo de vista adotado pelo jornal. Dito de outra forma, o editorial se estruturaria da seguinte maneira: a introdução através de uma sequência narrativa, que aumentaria a credibilidade do autor; parágrafos mediais compostos basicamente de argumentos pró-tese e parágrafos finais compostos da tese ou teses. Percebemos assim que, essa estrutura é interessante do ponto de vista

argumentativo, pois primeiro envolve-se o leitor com fatos concretos e argumentos, para depois apresentar-se a tese, e assim persuadi-lo.

Com base no que vimos até aqui, podemos considerar o editorial como um texto de discurso argumentativo, que visa à persuasão através de uma linguagem simples e de uma estrutura de fácil apreensão, porém bem elaborada.

Nesse sentido, faremos neste trabalho uma análise comparativa dos mecanismos de persuasão nos editoriais dos jornais – Folha de S. Paulo e Estadão, por serem eles jornais de grande circulação e prestígio na cidade de São Paulo, atingindo um grande público e dispondo de uma sólida credibilidade por parte de seus leitores.

• CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DOS EDITORIAIS DOS JORNAIS: FOLHA DE S. PAULO E ESTADÃO

3.1 - Análise do Corpus

A partir de nossa fundamentação teórica, analisaremos a construção da persuasão nos editoriais dos jornais Folha de S. Paulo e Estadão, à luz da Nova Retórica, enfatizando o estudo proposto pela Linguística Textual no tocante às marcas linguísticas.

Tais editoriais foram publicados nas edições dos meses de Outubro de 2010 e março de 2013, justificando sua escolha por assunto – As cotas nas Universidades – por ser um tema polêmico e atual; sendo assim, buscamos analisar a posição de cada jornal sobre a questão abordada. É importante enfatizar que começaremos pelo editorial de outubro de 2010 por um critério cronológico.

Texto 1:

21 de outubro de 2012 | 3h 07
O Estado de S.Paulo

A demagogia das cotas

1. Ao divulgar o decreto e a portaria que regulamentam a Lei de Cotas, o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, acabou reconhecendo que a lei dará acesso às universidades públicas a estudantes que não estão preparados para cursá-las. Aprovada há dois meses pelo Congresso, a Lei de Cotas obriga as universidades e institutos técnicos de nível médio federais a reservarem 50% de vagas para alunos que tenham feito integralmente o ensino médio em escolas públicas.

2. A lei também estabelece subcotas por critérios de renda e de raça. No primeiro caso, metade das vagas reservadas a "cotistas" deverá ser preenchida por estudantes com renda familiar mensal per capita de até 1,5 salário mínimo (R\$ 933). As universidades e institutos técnicos federais poderão exigir cópia da declaração do Imposto de Renda, extratos bancários e até nomear uma comissão encarregada de visitar o domicílio dos candidatos para verificar se vivem em famílias com baixa renda. O decreto cria ainda um Comitê de

Acompanhamento das Reservas de Vagas nas Instituições Federais de Educação Superior e de Ensino Técnico, que terá, entre outras, a incumbência de fiscalizar o cumprimento da Lei de Cotas e propor "programas de apoio" a cotistas.

3. *Já no caso das subcotas raciais não haverá qualquer tipo de controle, bastando aos candidatos declarar se são pretos, pardos ou indígenas. Pelo decreto, os candidatos pretos, pardos e indígenas disputarão as mesmas vagas. Caberá, contudo, às universidades federais a prerrogativa de separar as subcotas raciais das cotas para indígenas.*

4. *"Fomos o último país a abolir a escravidão nas Américas. A política de ações afirmativas busca corrigir essa dívida histórica. Temos de dar mais oportunidade àqueles que nunca tiveram, que são os pobres", disse o ministro da Educação, depois de anunciar que vem preparando um sistema de tutoria e cursos de nivelamento para cotistas. "Os alunos terão um tutor que os acompanhará, verá as deficiências, ajudará a reforçar o que é necessário", afirmou. Com isso, ele admitiu os problemas de aproveitamento e desempenho escolar que a Lei de Cotas introduzirá nas universidades e institutos técnicos federais. É como se reconhecesse que as universidades e institutos técnicos federais passarão a ter dois tipos de alunos - os de primeira classe, escolhidos pelo princípio do mérito, e os de segunda classe, beneficiados pelo sistema de cotas.*

5. *"A experiência demonstra que parte desses alunos precisa de acompanhamento, especialmente no início do curso. Temos de garantir que saiam em condições. Inclusive, vamos fazer uma política de assistência estudantil, para que os cotistas possam se formar e ter seu diploma", afirmou.*

6. *Contudo, mostrando como são tomadas as decisões do governo na área social, o ministro anunciou que o "modelo nacional de nivelamento e tutorias" não deverá estar pronto antes do próximo vestibular, quando o regime de cotas entra em vigor. Portanto, apesar da retórica oficial em favor de políticas afirmativas, o MEC não estava preparado para lidar com os problemas trazidos por uma lei que aumentará significativamente as responsabilidades, a burocracia e os gastos das universidades e institutos técnicos federais com atividades-meio.*

7. *A preocupação em agitar a bandeira das cotas às vésperas de uma eleição é tanta que, na mesma entrevista em que reconheceu que o governo ainda não tem um plano de nivelamento e tutoria para cotistas, Mercadante disse que está cogitando de usar o sistema de cotas também no programa Ciência sem Fronteiras, que dá bolsas de graduação e pós-graduação no exterior. Mas, segundo ele, essa iniciativa teria de ser precedida do ensino em massa de inglês e de outras línguas. "Se não tem proficiência em inglês, só posso mandar os alunos para Portugal", afirmou. O ministro alegou que o MEC está preparando o programa Inglês sem Fronteiras. Mas, como se tornou rotineiro na administração petista, ele deverá ser implantado depois do anúncio da extensão do regime de cotas para o Ciência sem Fronteiras.*

Nesse editorial fica bem claro ao público que o jornal faz uso de argumentos para apresentar as desvantagens das cotas nas universidades públicas, explicitando também o auditório (conjunto de pessoas que queremos convencer e persuadir) a que se destina o referido texto que é o auditório particular, ou seja, se destina a um conjunto de pessoas sobre cujas variáveis temos controle. No caso em estudo, o editorial tem por objetivo abranger os estudantes, as universidades e os próprios políticos, isto é, a sociedade acadêmica de forma geral.

No título - **A demagogia das cotas**- encontramos o poder da argumentação, pois no dicionário a palavra demagogia tem o seguinte significado: Demagogia³ é a arte de conduzir o povo a uma falsa situação. "A arte de conduzir o povo". Dizer ou propor algo que não pode ser posto em prática, apenas com o intuito de obter um benefício ou compensação, ou seja, atitude política de excitar as paixões populares, em busca de proveito político. Sendo assim, podemos observar que o jornal se posiciona numa visão de que o Ministro da Educação está propondo algo que não poderá cumprir apenas para obter votos na eleição.

Esse argumento fica mais forte ainda quando o jornal enfatiza no primeiro parágrafo que o próprio Ministro da Educação reconheceu que *"a lei dará acesso às universidades públicas a estudantes que não estão preparados para cursá-las"*. A partir dessa citação, podemos observar o índice de polifonia que determina o uso de várias vozes no texto, no caso, a voz do Ministro da Educação Mercadante (como argumento de autoridade) e do próprio jornal.

No primeiro parágrafo o jornal posiciona o leitor sobre o tema, falando o que é a lei contextualizando-a, referindo-se às cotas das Universidades.

³Dicionário escolar da língua portuguesa/Academia Brasileira de Letras. 2ªed. São Paulo:Companhia Editora Nacional,2008.

No segundo parágrafo o Estadão acrescenta algumas informações sobre a lei “ *a lei também estabelece subcotas por critérios de renda e de raça*”, fazendo uso do operador argumentativo **também** que dá uma ideia de soma a favor de uma mesma conclusão. Ao falar dos critérios da lei, o referido jornal diz que terá fiscalização por parte das instituições de ensino com relação à renda dos alunos – que se definirem como baixa renda. O autor finaliza o parágrafo com o seguinte trecho: “*O decreto cria ainda um Comitê de Acompanhamento das Reservas de Vagas nas Instituições Federais de Educação Superior e de Ensino Técnico, que terá, entre outras, a incumbência de fiscalizar o cumprimento da Lei de Cotas e propor “programas de apoio” a cotistas*”. No referido trecho, utiliza-se o operador argumentativo **ainda** que tem uma grande carga semântica, pois tem a função de introduzir no enunciado conteúdos pressupostos, ou seja, o jornal pressupõe que assim como a Universidade fiscaliza seus alunos também será fiscalizada por um Comitê de Acompanhamento das Reservas de Vagas nas Instituições Federais de Educação Superior e de Ensino Técnico. Nesse trecho podemos observar ainda o **uso das aspas** “*programas de apoio*”, que além de indicar a presença de polifonia é colocado com um tom irônico, nesse caso, indica que mesmo com esse programa de apoio, o aluno que é fraco pedagogicamente falando, não tem oportunidade de concluir o curso com êxito.

No terceiro parágrafo, o jornal informa que diferente das subcotas por renda, as subcotas raciais não haverá qualquer tipo de controle, o candidato precisa declarar apenas ser preto, pardo ou indígena que terá o direito de disputar as mesmas vagas. Todavia, no trecho: “*Caberá, contudo, às universidades federais a prerrogativa de separar as subcotas raciais das cotas para indígenas*.” O jornal utiliza o operador argumentativo **contudo** que contrapõe argumentos anteriores para conclusões contrárias, pois ao mesmo tempo que pela lei a subcota racial disputa a mesma vaga, as instituições de ensino têm que distinguir as raças – preto e pardo – das indígenas. Sendo assim, a lei de cotas acaba trazendo a questão da raça que não está previsto na Constituição, pois perante a lei somos todos iguais sem distinção.

No quarto parágrafo, podemos observar um forte uso de polifonia, pois temos a voz do Ministro e do jornal bem explícita. Fazendo uma relação de pressuposição – é o argumento do jornal em relação ao que o Mercadante diz como argumento de autoridade.

No quinto parágrafo, é apresentada novamente a fala do Ministro da Educação (o argumento de autoridade).

Faz-se necessário pontuar que o jornal faz **uso do discurso direto** na fala do Ministro, ou seja, reproduz fielmente a referida fala como estratégia de defesa, sendo bem utilizada por parte do jornal, pois assim o Mercadante não tem como desmentir o que foi dito.

No sexto parágrafo, o jornal novamente se contrapõe ao que o Ministro da Educação pronuncia., utilizando mais uma vez o operador argumentativo **contudo** e conclui com o operador **portanto** , no trecho a seguir: *Portanto, apesar da retórica oficial em favor de políticas afirmativas, o MEC não estava preparado para lidar com os problemas trazidos por uma lei que aumentará significativamente as responsabilidades, a burocracia e os gastos das universidades e institutos técnicos federais com atividades-meio.*” Ou seja, o jornal busca argumentos para apresentar as desvantagens das cotas nas Universidades e Escolas Técnicas.

No sétimo parágrafo o jornal finaliza o seu editorial com uma nova crítica *“A preocupação em agitar a bandeira das cotas às vésperas de uma eleição é tanta que, na mesma entrevista em que reconheceu que o governo ainda não tem um plano de nivelamento e tutoria para cotistas, Mercadante disse que está cogitando de usar o sistema de cotas também no programa Ciência sem Fronteiras, que dá bolsas de graduação e pós-graduação no exterior.* Sendo então , na visão do jornal, o ministro está apenas fazendo um jogo de marketing nas vésperas das eleições para receber mais votos, uma vez que, aquilo que o mesmo propõe não pode ser aplicado por conta de vários fatores.

É importante salientar que foram utilizados verbos no presente na fala do jornal e no passado na fala do Ministro. O uso de tais tempos verbais nas diferentes vozes denotam que no mundo comentado (fala do jornal) tem um comprometimento com o que é dito, fazendo parte do mundo comentado o jornal utiliza o discurso direto para introduzir o argumento de autoridade (fala do Mercadante) para dar mais credibilidade ao seu texto, pois o jornal se baseou em um discurso que já foi pronunciado para apresentar as peculiaridades negativas ao que foi dito.

A seguir, analisaremos o segundo editorial escolhido para compor essa pesquisa.

Texto 2:

03 de março de 2013 | 3h 00

Folha de S.Paulo

Cotas da discórdia

1. Como era previsível, são acalorados os debates acerca da adoção de uma política de cotas pela USP.

2. O modelo foi proposto pelas reitorias das três universidades estaduais de São Paulo (USP, Unicamp e Unesp) e tem o aval do governo do Estado, mas precisa ser aprovado até junho pelos respectivos conselhos universitários para ser posto em prática já a partir de 2014.

3. Tendo em vista as críticas que o projeto passou a sofrer, não é improvável que o debate se prolongue para além do prazo estipulado.

4. A proposta paulista de cotas tem, sobre a versão federal, a vantagem de não se limitar à simples reserva de vagas. Preocupa-se, também, em assegurar o preparo do aluno para acompanhar os cursos.

5. Até 2016, 20% das vagas seriam preenchidas por egressos de escolas públicas, que passariam antes por uma espécie de "college", um curso

intermediário semipresencial de dois anos (ainda a ser criado). Outros 30% entrariam pelo vestibular, mas com bonificação para alunos da rede oficial; e 50% seguiriam o método clássico.

6. Lamentavelmente, no caso dos postos destinados a jovens vindos do ensino público, incluiu-se uma subcota racial de 35% (discriminação desnecessária, ainda que positiva, pois o critério social já permite a inclusão de não brancos).

7. Capacitar alunos desfavorecidos é importante, mas o modelo paulista termina por discriminar o jovem mais pobre. Afinal, determina que apenas ele passe pelo curso intermediário. Além disso, a reciclagem seria semipresencial - o estudante iria pouco ao campus, o que nada contribui para a inclusão.

8. Há críticas pertinentes, mas a janela é curta. Já tramitam na Assembleia Legislativa projetos de lei determinando que as universidades estaduais paulistas reservem 50% das vagas para cotistas, como nas congêneres federais.

9. Se as academias não alcançarem uma solução de consenso, são grandes as chances de que a controvérsia se encerre por força dos legisladores --a despeito do que pense a comunidade universitária

Assim como no editorial anterior, o auditório a que se destina o texto em análise é o particular, pois tem como foco o mesmo público do jornal anterior (sociedade acadêmica e leitores da Folha).

Já no título –**Cotas da discórdia** – o jornal aponta as desvantagens das cotas nas instituições de ensino com o uso da palavra discórdia⁴que segundo o dicionário significa falta de acordo ou harmonia; divergência, desacordo; desentendimento, desavença, conflito , rixa, disputa. Sendo então, percebemos que ocorreram várias discussões sobre o tema em estudo.

⁴Dicionário escolar da língua portuguesa/Academia Brasileira de Letras. 2ªed. São Paulo:Companhia Editora Nacional,2008.

No primeiro e segundo parágrafos, o jornal contextualiza o leitor sobre o tema, fazendo uso do adjetivo **acalorados** que enfatiza a grande dinâmica dessas discussões.

No terceiro parágrafo, o jornal levanta a hipótese dessa discussão ser prolongada : *“Tendo em vista as críticas que o projeto passou a sofrer, não é improvável que o debate se prolongue para além do prazo estipulado. “*

No quarto parágrafo, a Folha aponta que a proposta das Universidades de São Paulo tem mais vantagens do que as Federais, pois além de fazer valer a reserva de vagas, se preocupam com a preparação do aluno para conclusão do curso da melhor forma possível.

No quinto parágrafo, o jornal apresenta uma ideia futura, utilizando verbos no futuro do pretérito (seriam, passariam,entrariam) que também é conhecido como condicional sendo usado para falar sobre fato incerto, fazendo hipóteses ou suposições e assim fazendo uma metáfora temporal.

Nos últimos parágrafos do texto, a *Folha de S. Paulo* se posiciona sobre a discriminação racial. Utilizando no sexto parágrafo o advérbio de modo **lamentavelmente** que serve como indicador atitudinal que demonstra a atitude ou estado psicológico com que o locutor se mostra diante da enunciação que produz. O jornal acrescenta criticando que mesmo sendo importante capacitar os alunos desfavorecidos o modelo paulista discrimina os jovens mais pobres, pois esses alunos passam pouco tempo no campus o que não inclui apenas exclui. Utiliza para finalizar seu argumento o operador **mas** que contrapõe argumentos anteriores.

É importante salientar que no editorial em estudo, não encontramos a presença do índice de polifonia explicitamente, mas o jornal se posiciona de maneira clara e objetiva buscando respaldo na lei, além de utilizar os verbo no presente que indica maior vivacidade e atualidade para o texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciarmos esse trabalho, tínhamos uma visão parcial de como a persuasão está implícita nos discursos. Conforme fomos apresentando à teoria, essa visão foi se ampliando, ficando bem mais clara, com a análise dos editoriais. Percebemos o quanto os operadores argumentativos são importantes para a construção da argumentação e, conseqüentemente, da persuasão. Como citado em nossa teoria, não existe texto/discurso imune à neutralidade, uma vez que tudo que produzimos está de alguma forma implícito, tanto nossa ideologia quanto nosso ponto de vista.

Para isso, usamos como chave a linguagem por ter uma finalidade muito importante de ação sobre o mundo dotada de intencionalidade, veiculadora de ideologia, que se caracteriza pela argumentatividade. A argumentação como citado ao longo dessa pesquisa, é arte de convencer e persuadir. E dentro desse cenário encontramos os operadores argumentativos que tem uma grande importância no objetivo da argumentação. Sendo assim, que de alguma maneira todo texto é montado sobre oposições, umas relativas ao próprio dizer, outras àquilo que é dito. É nesse sentido que podemos afirmar que os operadores argumentativos são importantes recursos para prender a atenção do leitor naqueles argumentos articulados pelo discurso.

Nessa pesquisa vimos que o editorial é um gênero textual opinativo e que embora o autor tente apresentar neutralidade nenhum texto é neutro, isso é apenas uma forma de mostrar mais comprometimento e veracidade, tendo como objetivo maior fazer com que o leitor reflita sobre o tema abordado e comungue da ideia do jornal. Percebemos também que os operadores argumentativos mais utilizados pelos jornalistas, de uma forma geral, são as conjunções que levam o leitor a chegar numa mesma conclusão ou conclusão contrária, mesmo sem perceber. Outro recurso que os jornalistas usam é o verbo em diferentes tempos e modos verbais para dar mais vivacidade ao texto

além dos adjetivos e advérbios que fazem com que o leitor tenha maior compreensão do tema abordado.

Como análise comparativa dos jornais *Folha de S. Paulo* e *Estadão*, podemos concluir que ambos se pronunciam a respeito de cotas nas Instituições de Ensino, mas de maneira subliminar, pois eles objetivam que o leitor reflita sobre o tema abordado e “compre” a sua ideia.

Retomando o objetivo geral dessa pesquisa, que era o de analisar os mecanismos de persuasão encontrados nos editoriais dos jornais *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo* e fazer uma pequena análise comparativa de ambos, vimos que tal foi atingido, tendo em vista o uso dos operadores argumentativos como recurso. Identificamos também como esse recurso constroi ideias e valores, difundindo a ideologia do grupo que o representa e, de alguma forma, afirma ou reafirma pré-conceitos estabelecidos pelo público leitor. Cabe ressaltar que a linguagem é rica por si só e que diversos são os mecanismos de persuasão. Assim, buscamos apresentar quais foram os mais usados em um determinado gênero, não se extinguindo as suas diversas possibilidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Antônio Suárez. ***A Arte de Argumentar – Gerenciando Razão e Emoção***. 13ª ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.

ALVES FILHO, Francisco. ***Gêneros Jornalísticos: notícias e cartas de leitor no ensino fundamental***. São Paulo: Cortez, 2011.

ARISTÓTELES. ***Arte Retórica e Arte Poética***. 17ª ed. São Paulo: Ediouro, 2005. Tradução Antônio Pinto de Carvalho. Estudos Introdutório: Goffredo Telles Júnior

BAKHTIN, Mikhael. ***Estética da Criação Verbal***. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BROW, J.A.C. ***Técnicas de Persuasão***. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

CAMOCARDI, ElêusisMírian; SUELY, FadulVillibor Flory.***Estratégias de persuasão em textos jornalísticos, literários e publicitários***. São Paulo: Arte & Ciência, 2003.

CITELLI, Adilson. ***Linguagem e Persuasão***. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1988.

_____. ***O texto Argumentativo***. São Paulo: Scipione, 1994.

CORACINI, Maria José. ***Um fazer persuasivo – O Discurso Subjetivo da Ciência***. São Paulo: Educ, 1991.

FARIA, Maria Alice. **O jornal em sala de aula**. 13ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FARIA, Maria Alice. **Como usar o jornal em sala de aula**. 11ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

FARIA, Maria Alice e Jr, Juvenal Zanchetta. **Para ler e fazer o jornal na sala de aula**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

FERREIRA, Luiz Antonio. **Leitura e persuasão: princípios de análise retórica**. São Paulo: Contexto, 2010.

FIORIN, José Luis. **Linguagem e ideologia**. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1997.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de Monografia, Dissertação e Tese**. São Paulo: Avercamp, 2004.

HERR, Nicole. **100 fichas práticas para explorar o jornal na sala de aula**. Belo Horizonte: Dimensão, 2000.

KOCH, Ingedore G. Villaça e Fávero, Leonor Lopes. **Linguística Textual: uma introdução**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e Linguagem**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2009

KOCH, Ingedore G. Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

LAGE, Nilson. **Linguagem Jornalística**. São Paulo: Ática, 1993.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. ***Produção Textual, análise de gêneros e compreensão***. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. (Org) – Karwoski, Gaydeczka, Brito. ***Gêneros textuais: reflexões e ensino***. 4ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

MELLO, E.H . ***O discurso jornalístico: uma leitura retórica***. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1999.

MEYER, Michel. ***A retórica***. São Paulo :Ática,2007.

PERELMAM, Chaïm; TYTECA, LucieOlbrechts. ***Tratado da Argumentação– A NovaRetórica***. 2ª ed. São Paulo: Matins Fontes, 2005.

REBOUL, Olivier. ***Introdução à Retórica***. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SAVIAN FILHO, Juvenal. ***Argumentação: a ferramenta do filosofar***. São Paulo: Martins Fontes,2010.

TODOROV, Tzvertan. ***Os Gêneros do Discurso***. Lisboa: Edições 70, 1981.

Sites:

www.puc-rio.br/sobrepuc/depto/direito. acessado em 20/08/2012. Artigo sobre a Retórica Clássica e Nova Retórica. Por Gustavo de Britto Freire Pacheco – acessado em 20/08/2012.

http://www.faccar.com.br/desletras/hist/2007_g/textos/15.htm - O gênero editorial na perspectiva do interacionismo sócio-discursivo: o contexto de produção – (Liége BÁCCARO – UEL (G) Elvira Lopes NASCIMENTO – UEL) - acessado em 02/03/2013.

[http://jornalonline.net/historia-jornal-no-brasil /](http://jornalonline.net/historia-jornal-no-brasil/) - A história do jornal no Brasil – acessado em 02/03/2013.

<http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/historianobrasil> - História do Jornal no Brasil — Associação Nacional de Jornais – acessado em 02/03/2013.

<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/3196/3196.PDF> - Gêneros Jornalísticos: repensando a questão. Jorge Lellis Bomfim Medina – Acessado em 02/03/2013

<http://www.folha.uol.com.br>- acessado em 09/03/2013.

<http://www.estadao.com.br> - acessado em 09/03/2013.